

RIL

ECONÓMICO

15 de Junho 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 5
Nº 263
Director-Geral
Evaristo Mulaza



Presidente do Sindicato dos Bancários

FILIPE MAKENGO

“Propomos um salário mínimo de 150 mil kz”

Págs. 10 e 11

LEONOR CARRINHOS, VANMARD, ETC...

Conheça os novos grandes importadores que o país 'promoveu' desde 2017

COMÉRCIO. Nos últimos anos, algumas empresas saltaram num ápice para o topo dos grandes importadores. Uma dessas empresas é a Leonor Carrinhos que beneficiou de uma garantia soberana de 56,9 milhões de euros. Outro caso é da Grandes Moagens de Angola e há ainda a Vanmard que nunca esteve sequer entre os 10 primeiros desde 2014, mas aparece a liderar em 2020. Pág. 8

VENDA DE TÍTULOS DO TESOURO NO I TRIMESTRE

Investidores ‘fintam’ Governo e apostam forte na dívida de curto prazo

FINANÇAS PÚBLICAS. O Governo foi obrigado a vender 141,39 mil milhões de kwanzas em Obrigações do Tesouro com maturidade de 1,5 anos só no primeiro trimestre, o que representa um excesso de 111% face aos 66,9 mil milhões inscritos no Plano Anual de Endividamento para todo o exercício. Pág. 4

EMBALAGENS PEQUENAS

Proibição nas importações entra em vigor com incertezas

Pág. 6

FACE AO ACORDO DA OPEP+

Angola produz menos 204 mil barris/dia de petróleo em Maio

Pág. 5



Editorial

A SURPRESA SURPREENDENTE DO PRESIDENTE

Na sua visita ao Bengo, na última semana, o Presidente da República deu provas de que não sabe até onde vai a concentração de competências, na máquina que o próprio administra. João Lourenço mostrou-se chocado ao aperceber-se que, até para a aplicação de uma multa ambiental a um fazendeiro do Kuando-Kubango, o ministério de tutela tem de movimentar uma equipa a partir de Luanda. Apesar de estar há quase 40 anos entre os altos escalões da governação e da liderança do seu partido, apesar de a desconcentração e a descentralização integrarem os eixos da reforma do Estado que o MPLA promete, João Lourenço soube disso apenas há uma semana, numa conversa aparentemente inócua com a governadora Mara Quiosa e com o ministro Jomo Fortunato.

É óbvio que, se João Lourenço se surpreende com o excesso de concentração do seu próprio Governo, os angolanos (ou pelo menos muitos angolanos) se surpreendem ainda mais com a surpresa do Presidente.

Dito isto, há dois factos que têm de ser sublinhados numa relação causa-efeito. Primeiro, fica mais uma vez demonstrado que o Governo aborda a reforma do Estado, alterando leis de forma fortuita. Ou seja, não há uma ideia integrada. Segundo, com base nesta lógica de alterar ao acaso as leis que viabilizam a concentração de competências, o Presidente da República tem razão, quando exigiu ao ministro do Ambiente que começasse a trabalhar na alteração da lei. Parafrazeando o Presidente, as contas são simples. Se estão erradas, as leis não podem ser olhadas de forma impávida apenas porque são leis. Os homens fazem as leis, os homens alteram as leis. É justamente com base nesse princípio, recordado pelo Presidente, que lembramos aqui outro caso de leis erradas que merecerem ser alteradas. Referimo-nos concretamente ao conjunto de diplomas que regula a comunicação social, já que a Constituição é um caso perdido.

Estando em curso uma revisão do pacote legislativo da comunicação social, e sempre respeitando o princípio do Presidente, o ministério de tutela deve aproveitar para eli-

minar o impedimento de os órgãos serem financiados por organismos internacionais. Porque, ao afunilar as opções de financiamento da imprensa privada, o diploma transforma-se numa lei antidemocrática, logo numa lei errada. É para corrigir em alinhamento ao pensamento de João Lourenço.

A oportunidade deve ser aproveitada também para se expurgar da lei a possibilidade de renovação de licenças. Por outra razão fundada. Afinal, havendo já um quadro definido em que os operadores podem perder licenças por razões económicas ou legais, não faz qualquer sentido incluir um esquema de renovação de licenças de carácter marcadamente político. Porque apenas um propósito pode justificar esse expediente: condicionar arbitrariamente órgãos independentes ou indesejados. Bolsonaro ameaçou fazê-lo no Brasil. Não conseguiu, porque, apesar de tudo, o Brasil é um Estado Democrático de Direito. Viktor Orbán tentou na Hungria. Conseguiu, porque, apesar de estar na Europa, a Hungria não é um Estado Democrático de Direito. E nós?



Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuesseca
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82
Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola; 222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao; comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



BRUNO DISSIDI,
advogado

O que significa a aprovação da Lei da Acção Popular?

Esta lei representa um ganho enorme na medida em que visa, mais uma vez, garantir que o cidadão esteja no centro de todas as atenções. Representa a concretização da ideia de que a administração pública deve ter como fim último a realização do bem estar do cidadão. Para a justiça, representa a importância que o Estado tem dado à matéria referente à limitação do poder administrativo público.

Acredita na sua aplicação?

É bastante desafiante o cumprimento da lei quando entrar em vigor, porém o Estado e os cidadãos estarão em condições de a fazer cumprir, com maior ou menor dificuldade. Para os particulares, é importante trabalhar-se a cultura jurídica dos cidadãos. É também bastante desafiante para as instituições públicas, mais concretamente no que ao cumprimento do dever de resposta e os prazos diz respeito.

Onde é que pode ser decisiva?

Em toda esfera de intervenção da administração pública, pois bastará que estejam em causa actos lesivos à saúde pública, ao património público, histórico e cultural, ao meio ambiente e à qualidade de vida, à esfera do consumidor, à legalidade dos actos da administração pública e de mais interesses públicos.

08
TERÇA - FEIRA

A transportadora aérea Taag anuncia alterações nos dias e horas em que se realizam as ligações aéreas entre Luanda e Lisboa, que irão vigorar até ao dia 24 de Outubro.

09
QUARTA - FEIRA

Angola vai aproveitar a prorrogação da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida do G20 para pedir também a extensão da moratória do serviço da dívida bilateral não garantida até ao final do ano, anuncia o Governo.

10
QUINTA - FEIRA

Vinte e quatro militares afectos à Casa de Segurança do Presidente da República de Angola, incluindo o major Pedro Lussati, estão impedidos de sair do país, conforme determina a Procuradoria-Geral da República.



SEGUNDA-FEIRA

O Governo anuncia que vai manter a situação de calamidade pública por mais 30 dias, com as mesmas regras, e um "ligeiro acréscimo" de rigor nas entradas e saídas de Luanda, sob cerca sanitária desde Março de 2020.

11
SEXTA - FEIRA

O presidente do conselho de administração da Aipex, António Henriques da Silva, representa o país no primeiro fórum das agências de promoção de investimento de África (IPA Fórum África), que decorre no Cairo, Egipto.



12
SÁBADO

A Sonangol anuncia o adiamento do lançamento da alienação parcial das suas participações em blocos petrolíferos, que terá lugar no Centro de Convenções de Talatona.



13
DOMINGO

A Autoridade Nacional de Inspeção e Segurança Alimentar (Aniesa) anuncia que os preços dos principais produtos da cesta básica registaram reduções em Maio, na sequência da operação 'Baixa de Preços'.



COTAÇÃO



PETRÓLEO SEGUE POSITIVO...

O petróleo começou o dia no verde, depois de fechar a segunda-feira perto da estabilidade, motivado pela retoma da demanda global. O Brent, referência às exportações angolanas, abriu nos 73,09 dólares, após fechar ontem nos 72,86 dólares. Por sua vez, o WTI, abriu a terça-feira a 71,16 dólares, depois de fechar nos 70,88 dólares.



OURO ACORDA NO VERDE...

O ouro abriu a negociar a 1.868,00, avançando 0,17%, depois de ter fechado a sessão anterior a perder 0,88%, negociando as entregas para Agosto a 1.866,20 dólares por onça troy. Já a prata abriu nos 27,990 dólares por onça troy, enquanto o cobre nos 4,5243 dólares por libra-peso.

Economia/Política

VENDA DE TÍTULOS DO TESOURO NO PRIMEIRO TRIMESTRE

Investidores quebram plano de endividamento do Governo

FINANÇAS PÚBLICAS. Governo aposta forte na emissão de Obrigações do Tesouro de médio prazo, mas investidores ‘fogem’ maioritariamente para período de um ano e cinco meses. Situação é semelhante aos Bilhetes do Tesouro, em que investidores apostam no período mais curto possível, ou seja, três meses.



Vera Daves,
ministra
das Finanças

Por César Silveira

Os investidores das Obrigações do Tesouro (OT) apostaram essencialmente nos títulos com maturidade de um ano e cinco meses com cerca de 44% dos investimentos, nos primeiros três meses de 2021. A aposta contraria a previsão do Governo que, para este ano, desenhou uma estrutura com os títulos de maturidades de dois, três e quatro anos a dominarem as emissões.

Do total de 320,99 mil milhões de kwanzas emitidos, cerca de 141,39 mil milhões resultaram da emissão com maturidade de um ano e cinco meses, aumento de 111% face aos 66,9

mil milhões de kwanzas que o Governo projectou captar com a emissão das obrigações com a maturidade desta natureza, durante o ano todo.

O ‘desprezo’ pelos títulos com maturidades superiores é atribuído ao facto de o Governo estar a emitir apenas títulos não indexados ao dólar como resultado de concertações com o FMI no sentido do controlo da dívida. Para o Ministério das Finanças, “a maior concentração em papéis com maturidade de 1,5 anos” confirma “o perfil conservador dos investidores, face às incertezas da economia nacional”.

Para este ano, o Governo calculou uma “aposta forte” nas emissões de Obrigações do Tesouro com maturidade de com 3 e 4 anos, perspectivando 223,01 mil milhões para cada um dos tipos. E, no trimestre em análise, captou cerca de 64,13 mil

milhões para as obrigações com maturidade de dois anos e 64,56 mil milhões de kwanzas para as de três anos.

Em termos globais, no período, as emissões de OT em moeda nacional totalizaram cerca de 320,99 mil milhões de kwanzas (514,711 milhões de dólares), um défice de cerca de 43,4% face aos 567,520 mil milhões de kwanzas previstos para o trimestre em análise no Plano Anual de Endividamento.

O défice é explicado por não se ter realizado qualquer leilão em moeda estrangeira quando estava prevista a emissão equivalente a mais de 376,058 mil milhões de kwanzas. Também não se registaram emissões especiais durante o período em análise.

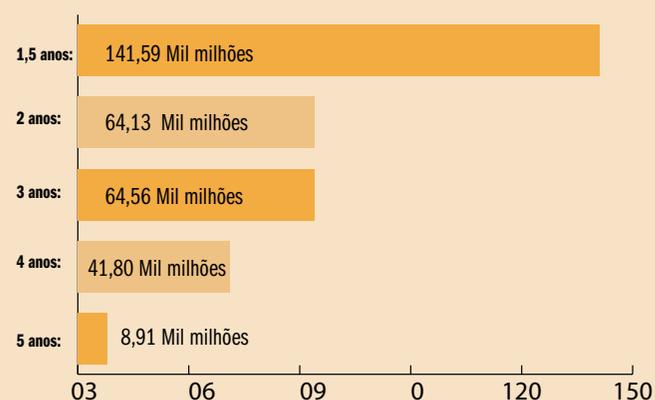
BILHETES COM VENCIMENTO DE TRÊS MESES

No que diz respeito à emissão de

Emissão de Obrigações de Tesouro entre Janeiro/Março

| | Taxa de Câmbio | Emissões Kz | Equivalência em US\$ |
|------------|----------------|--------------------|----------------------|
| Jan/21 | 651,350 | 10 928 200 000,00 | 16 777 762,61 |
| Fev/21 | 644,743 | 44 935 600 000,00 | 69 695 375,77 |
| Mar/21 | 619,110 | 265 126 500 000,00 | 428 237 849,70 |
| Total 2021 | | 320 990 300 000,00 | 514 710 988,08 |

Distribuição das Obrigações Tesouro por maturidade



Distribuição dos Bilhetes emitidos por maturidade



Bilhetes do Tesouro (BT), registou-se uma emissão de 375,47 mil milhões de kwanzas, (591,524 milhões de dólares), superando em cerca de 257,3 mil milhões de kwanzas os mais de 118,118 mil milhões que estavam previstos para o período.

No entanto, nota-se uma clara tendência de aposta nos bilhetes de curta duração, no caso de três meses. Estas concentraram

cerca de 52% das emissões com 197,05 mil milhões de kwanzas, seguindo-se os bilhetes com maturidade de seis meses com a emissão de 107,80 mil milhões de kwanzas. Os bilhetes com maturidade de um ano permitiram arrecadar cerca de 70,62 milhões de kwanzas. No mesmo período, o serviço da dívida com os BT fixou-se nos 508,040 mil milhões de kwanzas.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA aprovou acordo de financiamento no valor de mais de 1,077 mil milhões de dólares, dos quais 910 milhões com um consórcio de bancos para o projecto de abastecimento de água do BITA.



FACE À QUOTA ATRIBUÍDA PELA OPEP

Angola produz menos 204 mil barris/dia

PETRÓLEO. Comparativamente a Abril, produção registou uma redução de 60 mil barris/dia, mas se comparado a quota atribuída pelo acordo OPEP+ este défice aumenta quase quatro vezes.

Por César Silveira

O relatório mensal da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) confirma a tendência dos últimos meses da incapacidade de Angola alcançar a produção a que tem direito à luz do acordo OPEP+.

De acordo com os dados da organização, a produção média diária de Angola, em Maio, foi de 1,079 mbd (menos 60 mbd do que em Abril) quando tem o direito de produzir 1,283 mbd, registando-se, assim, um défice de 204 mil barris. Com o referido défice, em termos de receitas brutas, o país deixou de arrecadar, só neste mês, 13.588,4 mil dólares/dia, visto que o preço médio do petróleo se fixou em 66,61 dólares, de acordo com a OPEP.

Em média, porém, nos primeiros cinco meses do ano, Angola registou um défice de cerca de 145 mil barris/dia na produção, comparando a média da quota atribuída (1,273 milhões bpd) e a média da produção alcançada (1,128 milhões bpd).

Por outro lado, a média de produção alcançada nos primeiros cinco meses do ano dá razão à corrente que considerou “excessiva” a previsão do Orçamento Geral do Estado 2021 de produção de 1,220 mbd, já que se regista um défice de cerca de 92 mil barris/dia.

Recentemente ao VALOR, José Oliveira, especialista de assuntos energéticos da Universidade Católica de Angola, estimava que dificilmente Angola alcançaria as quotas a que tem direito, nos termos do acordo do cartel. E aponta como causas “a covid-19 e atrasos em planos que estavam previstos no ano passado”. Oliveira clarificava, no entanto, que, mesmo sem a covid-

19, dificilmente o país cumpriria. “Talvez tivéssemos mais 10 ou 20 mil barris, mas nunca cumpríamos a quota”, defendeu.

UM ARRANQUE PROMISSOR

Angola iniciou o acordo em vigor desde Abril 2020 como nunca desde a existência do figurino OPEP+. Neste que é o terceiro acordo, Angola produziu, nos primeiros meses, acima da quota que lhe foi atribuída. E chegou a receber, inclusive, moratória dos outros membros no sentido de reduzir a produção. No entanto, o país passou a registar défice em Outubro de 2020. Desde então, a produção esteve sempre abaixo da quota com tendência de crescimento do ‘gap’.

Foi, na verdade, a primeira vez que Angola iniciou um acordo semelhante, indiciando que produziria no limite da quota. O primeiro acordo neste figurino foi alcançado em Dezembro de 2016

e entrou em vigor em Janeiro de 2017, tendo-se estendido até ao fim do mesmo ano. Angola tinha a obrigação de produzir apenas 1,673 mbd. No entanto, a média diária de produção neste ano foi de 1,634 mbd, cerca de 39 mil barris abaixo da quota.

MAIS OFERTA, MESMA PROCURA

Por outro lado, a OPEP manteve a previsão de crescimento da procura pelo petróleo para este ano em seis milhões de barris por dia, ao conservar a produção global em 96,58 mbd, prevista no relatório anterior. Para a previsão, a organização usa como base a procura de 2020, fixada em cerca de 90,6 mbd.

Em relação à oferta, a organização aumentou, em contrapartida, a sua estimativa para 2021, estimando um crescimento de 800 mil barris para uma média de 63,7 milhões de barris por dia.

PARA 2021

Governo reduz meta de produção

O Governo reviu em baixa a produção petrolífera para 2021, passando a média de produção diária dos 1.220.400 barris/dia previstos no Orçamento Geral do Estado para 1,193 milhões de barris/dia.

“Para 2021, a previsão inicial era de 1.220.400 barris/dia, entretanto houve um ajuste intercalar e temos como previsão 1.193.420 barris e o que estamos a fazer é no sentido de cumprir esta nova previsão”, adiantou o ministro dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, Diamantino Azevedo, em entrevista à Lusa.

Diamantino Azevedo justificou a revisão em baixa de cerca de 27 mil barris dia, lembrando que a produção angolana é maioritariamente proveniente de campos maduros, que já atingiram um pico de produção e estão em fase de declínio. Falou ainda da necessidade de investimento para reverter o quadro.

No entanto, as explicações do responsável são as mesmas apresentadas por altura da aprovação do Orçamento Geral do Estado por diversos especialistas para defenderem que dificilmente o governo alcançaria a apenas de 1.220.400 barris/dia. De resto, em 2020 a meta de 1.283.450 barris por dia ficou aquém do previsto e Angola produziu apenas 1.271.460 barris.



Economia/Política

MULTAS PODEM CHEGAR AOS 60 MILHÕES DE KZ

‘Big Bags’ entram em vigor debaixo de divergências

COMÉRCIO. Novas regras sobre importação de produtos pré-embalados entram em vigor a partir de hoje (15). Decreto continua a criar discordâncias. Ecodima fala em “milagres” quanto à meta de baixar preços e AIA destaca vantagens.

Por Isabel Dinis



Victor Fernandes, ministro do Comércio e Indústria.

Os pontos fracos na visão da Ecodima

Em comunicado com 12 pontos, a Ecodima defende que, “apesar dos Big Bags serem extremamente económicos e versáteis, de fácil armazenagem, transporte e manuseio de produtos”, só é possível explorar estas e outras vantagens “se os portos estiverem equipados para o seu manuseio, assim como as empresas”.

Para a associação, “os portos e as empresas angolanas não estão preparadas em termos de equipamentos”, pelo que, “ao invés de reduzir preços, torna-os mais caros por conta do investimento técnico-financeiro que as empresas têm de realizar” para a operacionalização da medida. Defendendo a criação prévia das condições para que “os Big Bags pudessem, realmente, cumprir com o seu escopo”, a associação salienta que “o diploma enferma de falhas conceptuais e técnicas, o que, a ser aplicado nos termos em que foi desenhado, poderá dar lugar à desregulação do mercado”.

Para a Ecodima, “o diploma deveria ser aprovado na forma de Decreto Executivo Conjunto, envolvendo o Ministério das Finanças e o Ministério da Economia e Planeamento” e “falta uma definição clara dos

produtos abrangidos pelo Decreto Executivo”.

“Por outra, o Decreto confunde importação a granel com a importação em Big Bag que são formas de transporte diferente. Granel não utiliza qualquer embalagem, ao passo que big bag é uma embalagem utilizada para transporte em grandes quantidades”, diferencia.

Outro aspecto abordado pela associação é sobre a “poupança em divisas que poderá oferecer a importação dos Big Bags”, observando que “não há diferença significativa” nos preços. “Quanto ao Frete, actualmente se consegue acomodar até 26 toneladas (sacos de 25Kgs ou 50Kgs) em contentor de 40 pés enquanto o formato de Big Bags permite somente carregar 18 toneladas. Deste modo, o frete é mais alto em aproximadamente 30%, sendo contraproducente a medida”, insiste.

A associação que representa os importadores de produtos alimentares entende ainda que “o manuseamento industrial de Big Bags obriga a alterações nos processos produtivos” e aponta para “risco de contaminação: pelas características físico-químicas de determinados produtos, como é o caso do leite em pó”.

Ao alerta, na altura da publicação do decreto, para a possibilidade do surgimento de “monopólios e oligopólios”, a Ecodima junta agora, em comunicado, outros “pontos fracos” da medida (ver caixa), chegando mesmo a rotular a decisão como sendo “contraproducente”.

Especialistas em relações internacionais também têm advertido que Angola pode estar a violar regras da Organização Mundial do Comércio de que é membro. No entanto, quem não cumprir a lei arrisca-se a pagar multas que podem chegar aos 60 milhões de kwanzas, de acordo com a lei.

AIA FALA EM VANTAGENS, MAS PREFERE PENALIZAÇÃO

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA) é das vozes que sempre foi a favor da medida. José Severino está convencido de que a importação a granel, para alguns produtos, vai representar uma “redução de custos” e tornar as empresas “competitivas”. Mostrando-se mais a favor da penalização, por via de impostos ou taxas, do que da proibição, Severino vê, no entanto, como “questionável” o tempo dado às empresas. “Talvez pudessem dar mais tempo, cabe aos operadores apresentarem os seus argumentos e pedirem uma prorrogação caso a caso”, sugere.

COMÉRCIO DESTACA SURGIMENTO DE INDÚSTRIAS

Em resposta ao VALOR, o Ministério do Comércio e Indústria realça que a medida vai permitir o surgimento de muitas pequenas e médias indústrias de embalagem e logística, todas elas geradoras de postos de trabalho. A instituição afirma que o processo de transporte, em ‘Big Bags’ e empacotamento, é seguro, tendo em conta que as indústrias de embalagem usam padrões utilizados mundialmente.

O Ministério do Comércio e Indústria começa, a partir de hoje, a restringir a importação de produtos pré-embalados em sacos de 25 a 50 quilos, direccionando as novas regras a todos os agentes comerciais.

A decisão continua, no entanto, a causar divergências, com os empresários a manifestarem-se “apreensivos”, quanto às vantagens imediatas da medida, e o Ministério a garantir “não haver razões para receios”.

O decreto que introduz a medida explica que se vai introduzir a restrição progressiva da importação de produtos pré-embalados, em particular a pequena embalagem, mas incentiva a importação a granel, com a obrigação de os produtos serem embalados por empresas nacionais.

Com a entrada em vigor do diploma, passa a ser licenciada apenas a importação a granel, em ‘big bags’, de produtos como açúcar, arroz, farinhas de trigo e de milho, feijão, leite em pó, óleo alimentar, ração animal, sal grosso

e refinado, semolina de trigo, carnes de porco e de vaca, margarinhas e sabão.

O Ministério do Comércio e Indústria acredita que a medida vai gerar “importantes ganhos para o

país e população em geral” e que os produtos vão “ser importados a preços mais baixos”. Já o presidente da Associação de Empresas do Comércio e Distribuição Moderna de Angola (Ecodima)

tem outra opinião, admitindo que só por “milagre é que os preços baixam”. Mas Raul Mateus reconhece, ao mesmo tempo, que os distribuidores “não têm alternativa, senão a de cumprirem”.

www.bancobic.ao

**A nossa história é feita por
mais de 1.600.000 nomes.**
Seja um deles e entre
na família **BIC**.



16
BANCO
BIC
ANOS

O **Banco BIC** tem crescido ao longo destes **16 anos** pela dedicação e profissionalismo dos colaboradores e de todos os que estão ao nosso lado. Já são mais de **1.600.000** clientes e o sucesso de cada um constrói o nosso sucesso. Por isso, o nosso **obrigado** ao Wilson, ao Pedro, ao João, ao António, à Maria, ao Carlos e a todos os que estão connosco diariamente a **crescer e a fazer o futuro**.



BancoBIC

Crescemos Juntos

Mercados & Negócios

LEONOR CARRINHO E GRANDES MOAGENS EM DESTAQUE

Angola 'promoveu' novos importadores desde 2017

Leonor Carrinho está na lista dos 10 maiores importadores desde 2017



COMÉRCIO. Produtos alimentares e novos grandes importadores têm dominado as movimentações nos portos do país. Saiba quem comandou as importações desde o início da crise. E veja quem apareceu de 'surpresa' e impôs-se entre os maiores desde o início da nova legislatura.

Por Isabel Dinis

Nos últimos quatro anos (2017-2020), as importações marítimas em Angola foram conhecendo novos 'players' que passaram a liderar e a determinar os produtos mais comprados ao exterior. Empresas como as Grandes Moagens de Angola (GMA) e a Leonor Carrinhos entraram para o topo dos maiores importadores,

enquanto outras, como a Angoalissar e a Nova Cimangola, se têm mantido também nos lugares cimeiros.

Dados dos boletins Estatísticas do Conselho Nacional de Carregadores (CNC), consultados pelo VALOR, dão conta, por exemplo, que, depois de se ter fixado na 31.ª posição em 2016, a Grandes Moagens de Angola saltou, num ápice, para o 'top 3', reclamado justamente a terceira posição entre os maiores importadores em 2017. Nesse ano, esta unidade fabril que se dedica à produção de farinha de trigo e que, à semelhança da Angoalissar, é controlada pelo grupo internacional

Ranking dos maiores importadores desde 2014

| 2014 | 2015 |
|---|---|
| 0 cimento foi o produto mais importado. Angola comprou 11,7 milhões de toneladas. | Foram importadas 8,2 milhões de toneladas. O cimento hidráulico foi o produto mais procurado. |
| 1- Angoalissar 2- Nova Cimangola 3- Cimenfort 4- Wan Peng 5- NobleGroup 6- Zara 7- Rio Frio 8- Chinangol 9- Newaco 10- Ndad-Nova Distribuidora alimentar | 1- Nova Cimangola 2- Angoalissar 3- Cimenfort 4- Gamek 5- Refriango 6- Secil 7- NobleGroup 8- Zara 9- Anseba 10- Masarati |
| 2016 | 2017 |
| Entraram 5,7 milhões de toneladas. O clínquer foi o produto mais comprado. | Entraram 5,4 milhões de toneladas diversas. O açúcar foi o produto mais importado. |
| 1- Nova Cimangola 2- Cimenfort 3- NDAD,Nova Distribuidora 4- Angoalissar 5- Aslu General 6- Gamek 7- Secil 8- Biocom 9- Mercado Fresco de Angola 10- Anseba | 1- Nova Cimangola 2- Biocom 3- Grandes Moagens 4- Entrepasto Aduaneiro 5- Angoalissar 6- Cimenfort 7- Imosul 8- Zahara 9- Leonor Carrinho e Filhos 10- Noble Group |
| 2018 | 2019 |
| Foram importadas 6 milhões de toneladas. O arroz liderou. | Importadas 5,7 milhões de toneladas de carga diversa. O arroz foi o produto mais comprado. |
| 1- Grandes Moagens de Angola 2- Nova Cimangola 3- Leonor Carrinho 4- Angoalissar 5- Entrepasto Aduaneiro 6- NobleGroup 7- Secil-Companhia de Cimento do Lobito 8- Angoalissar 9- Anseba 10- Camarufi | 1- Grandes Moagens de Angola 2- Nova Cimangola 3- Leonor Carrinho e filhos 4- Angoalissar 5- Cimenfort Industrial 6- Angoalissar 7- Anseba 8- Newaco 9- NobleGroup 10- Naval General |
| Importadores em 2020 | |
| Angola comprou mais de 7,4 milhões de toneladas de carga diversa. Sulfatos alúmenes foram o produto mais comprado. | |
| 1- Vanmard 2- Angoalissar 3- Grandes Moagens 4- Carrinho Empreendimentos 5- Kikolo Moagens 6- Lantonio Rafael 7- Rafael Fortuna 8- Newaco Grupo 9- Refriango 10- Leonor Carrinho e filhos | |

Webcor, importou 211.690 toneladas, 518% acima das compras do exercício anterior.

Outro grupo, que também mantém posições de topo nos últimos anos, é a Leonor Carrinho e Filhos, empresa originária de Benguela. Com um histórico de sociedade familiar, o grupo deixou de ser uma empresa comercial no período de 2016 a 2019, segundo o seu site, para uma empresa de natureza industrial. E foi justamente nesse intervalo que viu as suas importações crescerem 136,53% em 2017, ano em que importou 105.035 toneladas, saltando, por arrasto, para a nona posição entre os principais importadores, depois de se ter ficado pela 21.ª em 2016.

Outro grupo que também chama a atenção é a Vanmard. Sem qualquer registo entre os principais importadores desde 2014, a empresa foi a maior importadora em 2020 com 734.881 toneladas, ou seja, 9,9% das 7,4 milhões de toneladas diversas importadas em 2020. A sua página na internet explica que o grupo actua no sector dos Transportes e Logística, Ambiente, com forte incidência no tratamento da água municipal e industrial, e no Comércio Geral na importação/exportação.

A Grandes Moagens e a Carrinhos passaram assim a figurar, pelo menos no 'top 5' dos grandes importadores, a partir de 2017.

A Angoalissar e a Nova Cimangola, por sua vez, conservam o seu lugar entre os maiores importadores desde 2014.

CIMENTO 'TROCADO' ALIMENTOS

Desde 2017 que o cimento hidráulico (clínquer) deixou de ser o produto mais importado por Angola. Nesse ano, muitas empresas que fabricam o cimento deixaram de estar na lista dos maiores importadores e a predominância passou desde então para os produtos alimentares, como o arroz e os açúcares.

A COMPANHIA AÉREA ANGOLANA BestFly transportou 2.800 passageiros no primeiro mês da concessão do serviço público de transporte aéreo inter-ilhas em Cabo-Verde. O número supera as expectativas da empresa que, por isso, já a considera uma operação "sustentável".

Mário Mujicaes © VE



José de Lima Massano, governador do BNA

CONTAS ABERTAS EM FEVEREIRO

'Bankita à ordem' recua 11,65%

No mês de Fevereiro, foram abertas 9.946 contas Bankita à ordem, representando um recuo de 11,65%, relativamente ao mês anterior e um aumento de 0,83% em termos acumulados, alcançando 863.086 contas das quais 203.747 migraram para contas de depósitos convencionais.

O saldo acumulado registou, contudo, uma redução de 2,87%, ao passar de 4,70 mil milhões de kwanzas, para 4,56 mil milhões de kwanzas. Foram emitidos, no mês em referência, 5.038 cartões multicaixa, menos 950 em relação ao

mês anterior (5.988), significando uma diminuição de 15,96%.

Em sentido inverso, no mesmo mês, foram constituídas 211 contas Bankita a crescer, contra 210, num aumento de 0,04%, em termos acumulados, perfazendo um total de 7.214 contas abertas. Assim, o saldo acumulado aumentou 1,12%, passando de 90,4 milhões de kwanzas, para 91,4 milhões de kwanzas.

No ranking dos bancos com maior captação de depósitos em contas 'Bankita a crescer', o BNI, BKeve e o BCA representaram, no balanço, o top 3 com 68%, 25% e 5% do total, respectivamente.

Entretanto, desde o lançamento do programa, pelo BNA, visando

o aumento da bancarização da população, em 2011, foram contabilizadas 1.056.833 contas abertas, incluindo as contas migradas em termos acumulados, tendo sido emitidos 412.044 cartões multicaixa.

A conta 'Bankita à ordem' pode ser aberta com qualquer documento de identificação válido, bastando um valor mínimo de 100 kwanzas e, entre as exigências, não há despesas nem comissões. Já o Bankita a crescer pode ser constituído com um capital mínimo de 1000 kwanzas e tecto máximo de 250 mil kwanzas, sendo um depósito a prazo isento de penalizações, mas com juro de 12%. O prazo mínimo do depósito é de 30 dias.

NO I TRIMESTRE

Recredit recupera 44% do crédito previsto

A Recredit, empresa criada pelo Estado para a gestão do crédito malparado do BPC, estimava recuperar, no primeiro trimestre do ano, cerca de 4,96 mil milhões de kwanzas, mas ficou apenas pelos 2,19 mil milhões de kwanzas, ou seja 44% do previsto.

Assim, a empresa mantém a tendência de recuperação abaixo de 50% das previsões que regista desde o início das operações. Para 2020, por exemplo, a empresa esperava recuperar 12,5 mil milhões

de kwanzas, mas o saldo foi apenas de perto de 4,8 mil milhões de kwanzas.

Com o valor recuperado, a Recredit eleva para 8,16 mil milhões de kwanzas o dinheiro recuperado desde o início da gestão da primeira carteira de crédito do BPC em Agosto de 2018.

No relatório e contas referentes ao exercício de 2020, o auditor externo manifestou reservas, considerando não ser possível "concluir quanto à recuperabilidade da carteira adquirida ao BPC".

Em Maio, a administração manifestou a intenção de recuperar este ano cerca de 19 mil milhões de kwanzas.



'OPERAÇÃO CARANGUEJO'

BNA sem rastros de transferências ao exterior acima dos mil milhões USD

Uma investigação interna desencadeada pelo BNA não terá apurado evidências que confirmem que o major Pedro Lussati tenha transferido mil milhões de dólares para o exterior, conforme

refere a 'Operação Caranguejo', levada a cabo pela PGR.

De acordo com José Massano, governador do BNA, o tipo de operação alegadamente feita não é permitida no sistema

financeiro. "O BNA fez inspeções imediatas. Na primeira, ao próprio Banco Nacional para saber se as caixas, apresentadas publicamente, tinham saído de forma ilícita do BNA," referiu.

Segundo Massano, o resultado da investigação aberta ao banco comercial que terá dado as caixas de dinheiro ao então responsável das finanças da banda musical da Casa de Segurança

do Presidente da República já foi entregues à PGR. "São situações que ocorreram fora do sistema financeiro, houve uma tentativa de branquear os recursos no sistema financeiro", referiu.

Entrevista

FILIPE MAKENGO SEGUNDO, PRESIDENTE DO SINDICATO NACIONAL DOS EMPREGADOS BANCÁRIOS

“Defendemos um salário mínimo de 150 mil kwanzas”

Já foi entregue uma proposta para uniformizar o tecto mínimo dos vencimentos dos filiados do SNEBA (Sindicato Nacional dos Empregados Bancários): 150 mil kwanzas. Filipe Makengo justifica que se pretende acabar com as disparidades salariais. Ainda assim, considera não haver maus salários na banca. O líder sindical descarta responsabilidades dos bancários no 'caso Lussati', argumentando que "não são obrigados a saber para onde o cliente quer encaminhar o seu dinheiro".

Por Júlio Gomes



Depois de 25 anos, o Sneba está sólido no cumprimento da sua função? São 25 anos de turbulências e vitórias. Fazemos parte de um sector que, pelas suas características, interage com a sociedade. Todas as alterações no campo económico e social repercutem-se sempre no sector bancário e vice-versa.

Que resultados palpáveis aponta? Tivemos ganhos na defesa dos interesses económicos dos associados. Podemos lembrar-nos da batalha que, em 2000, travámos com o Governo, quando estava em marcha o processo de liquidação da Caixa Agropecuária e Pescas (CAP). Naquele momento, notámos que a CAP tinha 'pernas' para continuar

como banco, mas, por razões políticas, o Governo entendeu descontinuí-lo.

Provocou desempregos?

Felizmente, boa parte dos funcionários da CAP transitou do Banco Nacional de Angola. Foi uma luta que empreendemos no sentido de forçar o reenquadramento de uns no banco central e a indemnização de outros. Assim, conseguimos o retorno. Ou seja, todos os trabalhadores que tinham mais de 15 anos que não quiseram voltar ao banco de origem foram para a reforma antecipada e os que tinham menos de 10 anos, indemnizados. Portanto, ganhámos a contenda.

Mas, de lá para cá, o Estado encerrou mais bancos...

O sector também conheceu uma expansão frenética de instala-

ção de bancos com condições e novas exigências impostas pelo regulador. Muitos destes bancos, com o andar do tempo, mostraram-se incapazes de honrar as regras prudenciais do banco central e, como resultado, houve a cassação das suas licenças, man-

E o que o sindicato fez para proteger os interesses destes trabalhadores?

Fizemos a nossa parte. Como são processos que desembocaram nas barras dos tribunais, continuamos a aguardar. O BNA continua a assegurar os proventos até à liquidação total destes bancos.

Têm sido recorrentes as reclamações por causa da falta de ética e deontologia profissional dos bancários. O que se passa?

É uma condição intrínseca do ser humano. Em casa, na escola, na lavra, a ética conduz o nosso dia-a-dia. Quando estamos a falar de ética e deontologia profissional, no sector bancário, estamos a falar de pessoas que integram a classe e pertencem a um núcleo familiar e de convivência quotidiana. Temos de destriçar pessoas que procuram emprego e oportunidades. O sindicato pode fazer essa destriça. De facto, quem procura emprego tem a preocupação de cumprir com regras e normas.

E quanto à elevada insatisfação de clientes com bancos de topo, como o BPC?

Esta é uma outra preocupação do sindicato de tal sorte que temos também promovido acções ligadas à sensibilização e à moralização dos trabalhadores, para cumprirem com as suas responsabilidades, incluindo a do sigilo bancário.

Fala-se de fuga de responsabilidades no sector. Por exemplo, há trabalhadores despedidos por

“O sector bancário não beneficiou de moratória como outras empresas. A banca não fechou. Hoje, porém, reduziu a capacidade de importação e exportação, portanto as transacções financeiras baixaram.”

Irregularidades num determinado banco, não são punidos e, de seguida, surgem noutras entidades bancárias...

Geralmente, os bancos trocam informações. Se, de facto, existirem situações desta natureza, talvez signifique um atropelo às regras. Pode ser que escape um caso ou outro.

Mas também se diz que isso acontece, porque, em muitos casos, os trabalhadores têm obrigações, como créditos, a que tentam escapar...

Tomar a decisão de um crédito desta natureza requer procedimentos e normas. Não é um trabalhador pequeno que, 'per si', contrai um crédito habitacional, por exemplo. Mas, quando há fuga, regra geral, o banco que recebe um trabalhador nessa condição é forçado a comprar a dívida.

Os bancários também têm sido acusados de abastecer o mercado informal de divisas...

O serviço bancário é feito com base em rigorosos procedimentos. Se existe este fenómeno, temos de condenar. Não podemos compactuar com isso. Mas a existir não pode ser de trabalhadores juniores. Tem de ser com a cobertura da super-estrutura. Não estou a ver um técnico bancário com capacidade de retirar do banco 20 mil dólares e injectá-los na rua e, no dia seguinte, receber balões de kwanzas.

A política remuneratória dos bancos satisfaz?

É uma situação que está na nossa agenda. Um dos primados do sindicato tem que ver com a melhoria da condição económica e social do trabalhador.

O sector bancário tem maus salários?

No sector bancário não há maus salários. Mas não se pode dizer que somos bem pagos. O homem é insaciável. Pode ganhar agora 100 mil kwanzas, vai achar que é muito pouco, quando passar para 200 dirá a mesma coisa. O mais importante para o trabalhador é ter a preocupação de se aprimorar profissionalmente e a entidade empregadora deve reconhecer esse esforço. É preciso aperfeiçoar os seus conhecimentos para que exerça, com eficácia, o seu trabalho. O soldo dos bancários não está abaixo dos mal pagos no país. Aliás, se o trabalhador bancário é mal

pago, então, o que se pode dizer no geral, onde o salário mínimo é de 30 mil kwanzas?

Os bancos repassam parte dos lucros aos trabalhadores?

Há bancos com maior arrecadação de receitas em relação a outros, daí também a tabela salarial diferenciada. Mas há outros subsídios que podem engordar o salário. Temos de reclamar, sim, porque o salário não é uniforme e o volume de negócios dos bancos também não é uniforme. Reconhecemos essa diferenciação. Naquilo que sobra, no princípio do mês passado, fizemos a entrega do acordo colectivo de trabalho ao BNA, um instrumento jurídico que, entre outros pontos, além de subsídios, propõe um mínimo de 150 mil kwanzas.

Como a pandemia tem impactado no sector?

O sector bancário não beneficiou de moratória como outras empresas. A banca não fechou. Hoje, porém, reduziu a capacidade de importação e exportação, portanto as transacções financeiras baixaram. Mas o banco vive das operações que os clientes realizam, quando não há uma economia funcional os bancos vêm também o volume de negócio diminuir.

Realizaram recentemente uma palestra sobre as transformações no sector bancário...

Hoje fala-se muito da banca digital. Significa automatizar as ope-

rações bancárias. Quer dizer que aqueles que não acompanharem a evolução tecnológica estão sujeitos a perder o barco, tanto as empresas, como os trabalhadores que podem perder o emprego. Também queremos com isso alertar para que isso não deva representar a dispensa do trabalhador, mas uma oportunidade para as empresas darem mais formação aos seus trabalhadores.

Além dos bancos, há outras entidades que entram na parceria do sindicato?

Temos como parceiro central o BNA. Tendo em conta as especificidades de um banco central, negocia o salário mínimo à parte. A Abanc, que congrega os bancos comerciais, também já recebeu o 'draft' para discussão interna. Mas devíamos ter outras entidades financeiras na parceria, porque há bancos que têm seguradoras, casas de câmbios e gestão de fundos que não estão connosco. É um trabalho a curto prazo que queremos concretizar. Portanto, por enquanto, só temos os bancos.

Mas porque diz que o Sneba é uma entidade versátil?

O nosso sindicato deve avançar para outras estratégias para desanuviar o bolso do trabalhador. Por isso, há cerca de quatro anos, em resultado de experiências colhidas em outras geografias, temos estabelecido protocolos com empresas fornecedoras de bens e serviços. Estou a falar de comércio, farmá-

Perfil

Sindicalista com longo percurso na banca

Natural de Maquela do Zombo, Uíge, há 63 anos, Filipe Makengo Segundo iniciou a carreira no BNA, em 1975. Cinco anos depois, passou para o Banco de Poupança e Crédito (BPC) do qual se reformou em 2017. Licenciado em Ciência Política e Administração Pública pela Universidade Agostinho Neto, está à frente do SNEBA há dois anos. Antes, foi, desde 2010, secretário-geral adjunto desta entidade que celebrou o 25º aniversário a 31 de Maio.

Quando estamos a falar de ética e deontologia profissional, no sector bancário, estamos a falar de pessoas que integram a classe e pertencem a um núcleo familiar e de convivência quotidiana.

cias, escolas de condução, colégios e universidades com os quais estabelecemos acordos de parceria para beneficiar com descontos os nossos associados.

Quantos associados?

Representamos um universo de 23 mil bancários, mas de forma efectiva só 75 por cento destes estão filiados e pagam quotas.

O que descontam?

Cada trabalhador desembolsa apenas um por cento do salário base.

Qual é a importância do plano 'vantagens internacionais'?

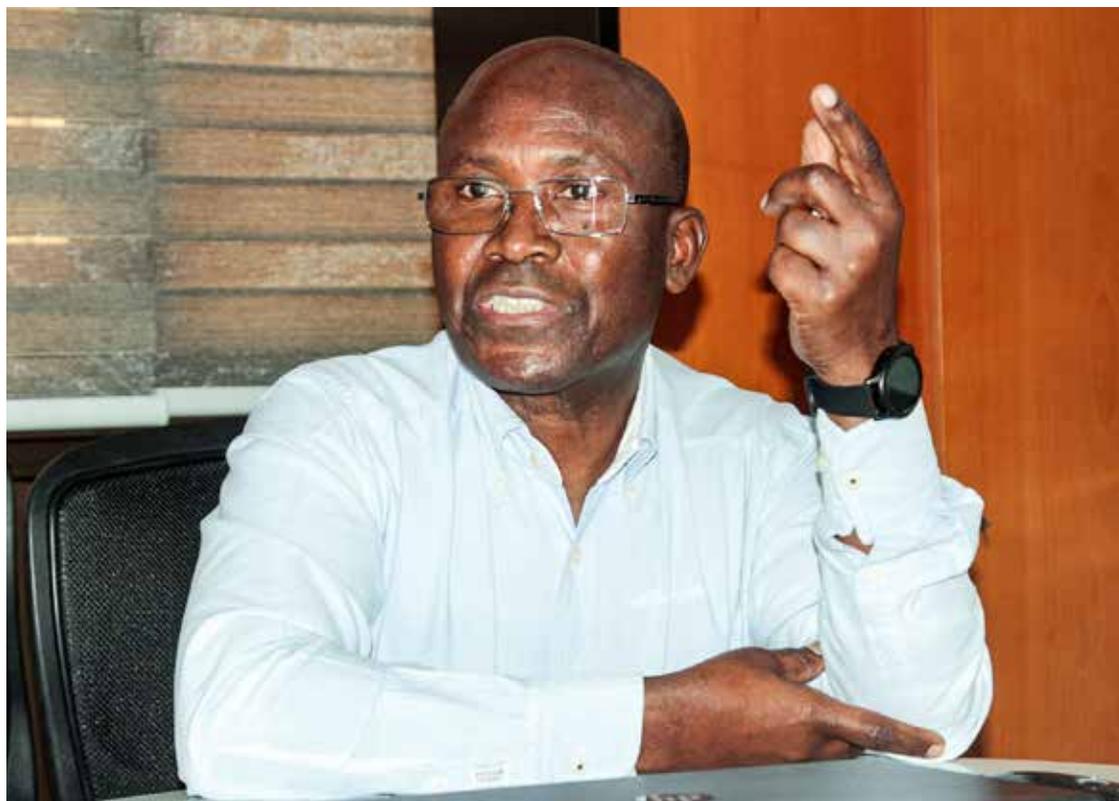
Além de sermos um sindicato nacional, somos uma entidade aberta. Isso leva-nos a estabelecer uma cooperação com sindicatos do espaço lusófono com excepção da Guiné-Bissau. Dos brasileiros, recebemos apoio técnico e sindical, com as três congéneres portuguesas temos protocolos de saúde. Quer dizer que se um dos nossos associados for a Portugal, em tratamento médico, ou o seu familiar próximo, recebe assistência hospitalar com um desconto de 34%. Devo lembrar que, em 2012, fomos os promotores.

O país foi recentemente 'sacudido' com o caso do desvio bilionário, envolvendo o major Lussati, ex-funcionário da Casa de Segurança do Presidente da República. Isso veio demonstrar as fragilidades da banca?

A banca não deve ser crucificada. A saída de valores do banco respeita a autorização de débito. E o dinheiro não foi levantado no mesmo dia. Nós, os bancários, não somos obrigados a saber para onde o cliente quer encaminhar o seu dinheiro. É uma situação que transcende a esfera bancária. Temos que colocar o sector bancário como o mau da fita? Não. Ele é apenas fiel depositário dos dinheiros dos clientes. Como se usa o dinheiro, não é da sua conta.

O Governo recorreu ao FMI para impulsionar a economia. Foi uma boa opção?

Como sindicalista, devo dizer que a aliança com o Fundo Monetário Internacional é um casamento que não dá frutos, porque, da minha leitura em quase todos os países onde foram aplicadas as medidas do FMI, houve agravamento da situação económica e social.



DE JURE

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA JUDICIAL

Tramitação dos processos deve ser mais transparente

FORMAÇÃO. Magistrados defendem que autos deverão passar sempre pelo crivo do juiz de garantia, antes de conclusos ao juiz do julgamento, para um olhar firme. Alteração do paradigma foi apresentada esta segunda-feira, na abertura do primeiro curso de formação de juizes de garantia e procuradores.

Joel Leonardo, presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ)



Por Redacção

O presidente do Conselho Superior da Magistratura Judicial (CSMJ) reconhece que a vigência do novo Código do Processo Penal trouxe enormes responsabilidades para os tribunais.

Na abertura do primeiro curso de formação de juizes de garantia e procuradores junto dos órgãos de investigação e instrução, que decorre no Instituto Nacional de Estudos Judiciais (Inej), Joel Leonardo referiu que a preservação do Estado de Direito e Democrático ocorre mediante processos penais justos e equitativos, nos

quais a separação das competências entre o Ministério Público e os juizes facilite o andamento célere dos autos e assegure a oferta de uma justiça material de boa qualidade para todos os cidadãos.

De acordo com o magistrado, antes de os autos serem conclusos ao juiz do julgamento, deverão passar sempre pelo crivo do juiz de garantia, que, por sua vez, vai prestar um olhar firme, accionando princípios limitadores do poder punitivo do Estado como o da legalidade, da intervenção mínima, do contraditório, da finalidade, da culpa, proporcionalidade e o da dignidade da pessoa humana.

Respostas céleres dos processos penais aos juizes de garantia e magistrados do Ministério Público junto dos órgãos de investigação foram

alguns dos aspectos que pediu o vice-procurador-geral da República

Mota Liz instou igualmente aos formandos para não acumularem processos penais nos gabinetes e darem respostas céleres aos mesmos, acreditando que, com a formação, “segue reforçado o nosso sistema processual” e espera, por conseguinte, que não afecte a celeridade que se pretende, uma vez que, no mundo do crime, o Direito precisa de reagir a tempo”.

Mota Liz apelou ainda para o sentido de responsabilidade aos juizes, e para se “despirem de vaidades”, porquanto as funções [de juizes e procuradores] são honrosas, no entanto, devem ser exercidas com simplicidade e amor ao próximo, para a solução dos problemas que são colocados”.

Normas alteradas

O juiz de garantia dos direitos e liberdades fundamentais do arguido é o juiz que intervém na instrução preparatória para a prática de actos ou tomada de decisões que só devem ser da responsabilidade de quem possui poder de julgar. Com o surgimento da figura do juiz de garantia, segundo Mota Liz, passa a haver uma alteração do paradigma do processo penal, uma vez que, ao longo dos anos, tem sido o Ministério Público a intervir na aplicação das medidas cautelares.

O vice-procurador-geral da República destacou, entre outras competências do juiz de garantia, autorizar escutas telefónicas, ordenar buscas, revistar e apreender escritórios de advogados, consultórios médicos e outros locais protegidos, tomar declarações para memória futura e aplicar medidas de coação em processo penal.

Para o vice-PGR, com a introdução da figura do juiz de garantia, ficam enriquecidas as garantias dos cidadãos e passam a ser sempre dois magistrados a apreciar a utilidade de uma medida de coação grave.

“Façam fluir os processos penais e dêem respostas aos problemas”, reforçou o vice-procurador-geral da República, defendendo a criação de condições dignas para que os juizes funcionem, e lembrando que “alguns serão colocados em municípios longínquos e terão de se desdobrar em vários municípios”.



34 ESTADOS-MEMBROS

UA analisa Regime de Fundo de Pensões

Os ministros do Comité Técnico Especializado de Justiça e Assuntos Jurídicos da União Africana (UA) apreciaram, esta semana, na 6.ª sessão extraordinária, os projectos de Regime de Fundo de Pensões dos Funcionários da UA e de Contrato de Gestão do Regime de Fundo de Pensões dos Funcionários da União Africana.

Apreciaram também o projecto de Regime de Revisão do Estatuto e Regulamento do Pessoal da União Africana e projecto revisto de Normas e Regulamento Financeiro da UA. Angola se fez representar, no formato virtual, pelo ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Francisco Queiroz.

Numa nota de imprensa, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos refere que os projectos de instrumentos jurídicos analisados “são de grande relevância para a reforma institucional da UA”.

Os diplomas foram preparados pelos peritos em questões jurídico-governamentais do Comité Técnico Especializado de Justiça e Assuntos Jurídicos, que contou com a participação de 34 Estados-membros.

RECUPERAÇÃO PÓS-PANDEMIA

Stocks mundiais de cabeça para baixo e preços inflacionados

MACROGESTÃO.

A recuperação da demanda no pós-pandemia está a correr a um ritmo acelerado que deixa para trás o ritmo da oferta ainda a tentar recompor-se dos estragos da pandemia.

Por Redação



Milhões de postos de trabalho obliterados, o colapso de cadeias de fornecimento, o fecho de

indústrias e empresas, tudo obstáculos que a recuperação da oferta tenta ultrapassar a custo para dar resposta a um aumento da demanda generalizado. Um aumento de procura impulsionado pelos estímulos económicos e pelas poupanças durante as fases mais restritivas da pandemia.

Enquanto esses obstáculos à recuperação da oferta não forem ultrapassados, o mundo vai continuar a ver subidas de preços avisam os especialistas. Pode levar algum tempo a restituir a normalidade e em muitos casos a alta de preços veio para ficar.

Os desafios de gestão são enormes. Muitas fábricas mandaram

trabalhadores para casa e agora levará tempo e negociações a recuperar. A restauração que titubeia sem empregados em países como os EUA e Reino Unido é exemplo de como o regresso ao trabalho poderá ser difícil e sujeito a novas exigências por parte dos trabalhadores, particularmente os que ficaram em casa e receberam algum subsídio e que agora o comparam ao salário que auferiam e concluem que é melhor ficar em casa.

Os mercados de transportação sofreram de tal maneira as disrupções que o trânsito de cargueiros ainda não se recompôs de despedimentos e falências, comprometendo ainda mais o fun-

40

Porcento, taxa de aumento do preço da comida global nos últimos doze meses

cionamento de indústrias que dependem de materiais, de peças e de bens importados por todo o mundo. O bloqueio do Canal do Suez foi um exemplo e amostra do caos que as disrupções de shi-

pment podem causar em diferentes sectores.

Falta um pouco de tudo. Falta microchips, falta queijo, galinha. O preço do combustível subiu, a indústria automóvel anda atrapalhada com falta e peças e este cocktail de preços altos levou a uma subida da inflação superior a 3.3% nos países mais desenvolvidos do mundo, reporta a CNN, na China a inflação da produção chegou a 9% no valor mais alto dos últimos 13 anos.

A aposta nos automóveis eléctricos fez disparar a procura por cobre e alumínio, a Tesla subiu os preços dos seus modelos e Elon Musk, o seu presidente, culpou a

inflação do preço dos materiais. A demanda por esteiras 'made in China' por exemplo que disparou e causou picos de preço com a falta de produção em massa foi particularmente afectada pela falta de contentores para transportação exemplificava o NYTimes no mês passado.

Inicialmente a recuperação da pandemia viu um aumento da procura de bens caseiros em detrimento por exemplo dos gastos em restauração com as pessoas a gastarem mais em melhoramentos da casa, em esteiras, em montar escritórios em vez de em restaurantes ou cinemas. Alguns desses aumentos de tendência serão para manter, como papel higiénico, fraldas, cereais. Gigantes mundiais como a Pampers, General Mills (que produz Cheriots ou a Kimberly-Clark que produz papel higiénico já avisaram que os preços vão continuar a subir. A Nestlé e a Unilever já anunciaram que as subidas de preços dos seus variados produtos e subidas, vêm para ficar.

O preço da comida global subiu pelo 12º mês consecutivo e à taxa mais elevada dos últimos 10 anos de acordo com dados da FAO que indicam uma subida de preços de 40% em comparação com o mesmo período homólogo. Uma subida atribuída às diversas faltas, ao aumento da demanda, mas também a factores como a gripe suína em África, um aumento da stockagem da China e até a ataques informáticos que causaram o caos em produções de carne bovina e suína nos EUA e na Austrália.

Num mundo globalizado a pandemia assume contornos de caos que se estendem a todos os sectores produtivos e que vão obrigar a novas cadeias e novas lógicas de produção.

(In)formalizando

DEFENDE PRESIDENTE DO FAJE, PAULO NARCISO

"Empreendedorismo é a base para oxigenar a economia"

ANÁLISE. Um ecossistema com relevo para os empreendedores capacitados e coesos contribui para a melhoria da economia, afirma Paulo Narciso, presidente do Faje.



Paulo Narciso aponta caminhos para a melhoria da economia.

os associados e não só, continuar a providenciar acções formativas no âmbito do empreendedorismo para garantir a empregabilidade dos jovens através das suas próprias iniciativas.

“Estamos em circunstâncias complexas, dado o contexto económico que se arrasta há já cinco anos e, agora mais com essa pandemia da covid-19, temos feito o nosso papel junto das autoridades, advogando a melhoria das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das PME”, explica.

Um dos objectivos da instituição passa pela formalização dos agentes informais, ajudá-los com ferramentas que possam permitir que estejam cadastrados na banca comercial, bem como facilitar o acesso aos TPA. Deste modo, acredita Paulo Narciso, “se poderá alcançar o equilíbrio em que apareçam jovens com milhões e outros sem nada”.

A completar seis meses na liderança, o responsável, por outro lado, entende que o fracasso de muitos empreendedores passa pela “falta de auto-responsabilização, gestão, educação financeira e aposta em certos negócios só porque estão na moda”. “O problema não está no resultado, está no foco que cada um dos empreendedores deve ter para materializar projectos. Antes de querer fazer algo, temos de ter paixão, interesse e vontade, não adianta plantar tomates se não se tem hábito de agricultor”, observa, sublinhando, “temos jovens empreendedores que ganham mais no final do mês do que um bancário”.

Durante o seu mandato, Paulo Narciso promete dar atenção ao interior do país pelas dificuldades de vária ordem, alinhadas às vias de comunicação. “Andei pelo Sul, percebi que os jovens precisam de ser mais acarinhados, de suporte.”

De Fevereiro a Maio, o Faje formou mais de 180 empreendedores em Luanda, Moxico, Lundas Norte e Sul. Número que pode aumentar com a execução do programa de formação, acção e fomento ao empreendedorismo e o estabelecimento de um centro de inovação e negócio. Além disso, implementa um programa de visibilidade externa do ecossistema do empreendedorismo em Angola.

Por Guilherme Francisco

O presidente do Fórum Angolano de Jovens Empreendedores (Faje), Paulo Narciso, vê no fomento do empreendedorismo a “escapatória” para que se baixe a “tensão social” e, consequentemente, seja injectado “oxigénio” à economia

nacional em resultado dos rendimentos, auto-empregos e empregos gerados pelas iniciativas empreendedoras de jovens”.

Defende, para isso, ser fundamental apostar na capacitação dos empreendedores em matérias relacionadas com a gestão e educação financeira, através de formações, palestras, ‘workshops’ e aulas práticas. A organização sem fins lucrativos está a firmar parcerias com outras instituições mais experientes na matéria, como a União Euro-

180

Empreendedores formados em Luanda, Moxico, Lundas Norte e Sul, de Fevereiro a Maio.

peia e o Inefop. “O que estamos a fazer, é nossa missão principal, é canalizar o máximo possível de empreendedores para o acesso ao microcrédito, disponibilizar ferramentas de capacitação aos jovens empresários, profissionais liberais e empreendedores, no sentido de mudarmos o paradigma do ‘status’ das PME, criar empregos, gerar riquezas e ajudar a dinamização da economia,” explica.

Paulo Narciso quer dinamizar o acesso ao microcrédito para



A coragem nos une

SAHAM Angola Seguros torna-se Sanlam

A SAHAM Angola Seguros torna-se Sanlam, integrando a maior instituição financeira não bancária de África. Valendo-se de mais de 100 anos de experiência financeira no mercado Africano e na indústria seguradora, a Sanlam assume o compromisso com os seus parceiros, clientes e colaboradores, de estar sempre presente e caminhar juntos no desenvolvimento de capacidades e estruturas que permitam o crescimento seguro.

Unidos pelos mesmos valores.

 **Sanlam**

Viva com confiança

Opiniões

CFO: Agente de mudança, agregador de valor e líder tecnológico



André Afonso,
Senior Manager
EY Assurance
Services

A pandemia covid-19 testou os CFO como nunca antes, mas a sua agilidade para se adaptarem à mudança contínua revelaram-se vitais. Uma nova sondagem da EY destaca estas e outras características dos CFO, incluindo a sua visão tecnológica e a sua gestão de valor a longo prazo, ao mesmo tempo que reforçou a necessidade de competências baseadas na empatia e inteligência emocio-

nal, concentrando-se no desenvolvimento das competências da sua equipa.

Lidar com o inesperado é um pré-requisito da função de 'Chief Financial Officer' (CFO), mas estes têm sido submetidos a desafios severos desde o início de 2020, com a priorização da resposta aos impactos sem precedentes da pandemia da COVID-19, onde se incluem as preocupações práticas, como a supervisão da saúde e segurança das equipas e o apoio ao trabalho remoto, acrescidas de questões como a gestão da liquidez, a segurança das cadeias de abastecimento e a gestão dos riscos de fraude.

É compreensível então que "a agilidade de se adaptar à mudança contínua" seja identificada como a qualidade pessoal e de liderança cada vez mais importante para que um CFO tenha sucesso.

Esta foi a resposta de 62% dos

inquiridos no estudo da EY "ADN do CFO", a equipas financeiras de 400 empresas ao nível global. Em segundo lugar desta categoria surgiu, "a vontade de experimentar e assumir riscos calculados", selecionada por 54%, situação com ressonância na era da covid-19, dado que muitas empresas tiveram de repensar os seus modelos de negócio para sobreviverem às consequências económicas da pandemia.

Das conclusões do referido inquérito surge também que atualmente o principal atributo associado a um CFO é ser um "estratega" e, em segundo, "um líder inspirador e um forte comunicador". Estes resultados convergem com a imagem moderna de um CFO como parceiro do CEO, totalmente envolvido na estratégia e na tomada de decisões, ao invés da visão tradicional de "guardião dos números"

Há também uma aceitação crescente de que os CFO não devem

concentrar-se estritamente em objectivos de lucro a curto prazo, mas, em vez disso, procurar um crescimento sustentado, com a transferência de valor para outros stakeholders (colaboradores, consumidores e comunidades locais) para além dos accionistas.

Os CFO estão também a assumir um papel de líderes tecnológicos. Os dados são um bem cada vez mais valioso, e o CFO está bem posicionado para alavancar os dados de forma eficaz. Tal transformação vai além da função financeira, abrangendo frequentemente toda a empresa e apoiada por novas tecnologias como a Inteligência Artificial ou 'blockchain'.

Os CFO percorreram um longo caminho nos últimos anos e são agora considerados agregadores de valor a longo prazo e inovadores tecnológicos. A função financeira é considerada como o centro estratégico de muitas organizações.



“Um dos maiores estrangulamentos ao agro-negócio, no nosso país, é o seu financiamento, seja numa abordagem de microcrédito, seja a empresas familiares, ou mesmo a estruturas empresariais de maior dimensão.”



José Carlos Bettencourt,
Eng.º Agrónomo

Na promoção das exportações, em particular das culturas mais competitivas, é importante rever os constrangimentos legais, administrativos, subvenções e taxas para exportação; tornar mais acessível e rever o sistema de importação e distribuição de equipamentos e insumos agrícolas; desenvolver sistemas de crédito e garantias bancárias que facilitem o negócio e avaliar a integração de mercados e comunidades regionais. A transparência e o acesso às novas tecnologias, que permitem maior rapidez e eficácia, reduzem riscos e fraudes e reforçam a capacidade exportadora do país.

Um dos maiores estrangulamentos ao agro-negócio, no nosso país, é o seu financiamento, seja numa abordagem de microcrédito, seja a empresas familiares, ou mesmo a estruturas empresariais de maior dimensão, o que é altamente condicionante do desenvolvimento da actividade agro-pecuária. A sensibilidade das entidades financeiras deve ter em consideração a especificidade do agro-negócio, dependente das condições climáticas e, necessariamente, de maior risco, da heterogeneidade das culturas e diversidade de regiões, da ausência de títulos formais de terras e, como tal, da necessidade de uma avaliação não meramente financeira, mas simultaneamente técnica do negócio.

Por outro lado, os mecanismos financeiros dependentes das estruturas ministeriais da agricultura, como o FADA, devem estar devidamente operacionais com os recursos financeiros necessários para linhas especiais ajustadas às diferentes categorias de agricultores, bem como com o desenvolvimento de produtos financeiros específicos, como o crédito de campanha, o crédito para pequenos investimentos, o crédito por cultura, entre outros. É relevante, ainda, implementar e aperfeiçoar o sistema de crédito agrícola no



O Fomento do agro-negócio em Angola (Parte II)

âmbito dos mecanismos existentes e políticas de desenvolvimento agrícola, de outras medidas já adoptadas, dotando-o de regras específicas que tenham que ver com as particularidades do sector (taxas de juro, bonificações, períodos de carência, prazos, garantias, fundos de garantia, entre outras) e, sobretudo, seguindo uma política de prioridade e de oportunidade e sobretudo, seguido da maior transparência.

Os bancos comerciais, actualmente, não têm uma tendência de proximidade com o agro-negócio, se bem que experiências internacionais recentes mostram que os empréstimos à agricultura e ao agro-negócio podem ser um negócio interessante. Assim, importa estimular os bancos comerciais a organizarem-se de modo a poderem dar resposta à procura, incluindo no que respeita a recursos huma-

nos capacitados e ao alargamento da cobertura territorial, recorrendo, se necessário, a incentivos.

É sempre relevante informar e formar os produtores sobre poupança e crédito, pois, nomeadamente, uma política de crédito agrícola, particularmente com uma definição coerente de prioridades, pode ser um veículo de potencial expansão de empresas agrárias comerciais e apoiar o desenvolvimento de agricultura através da formação e facilidades de financiamento. O interesse de investidores estrangeiros, fundos de pensão e bancos estrangeiros em investimentos directos e empréstimos, é um potencial a explorar, com uma preocupação na identificação de projectos prioritários e viáveis, que criem valor para o país e promovam a coesão social.

A experiência do MOSAP II, no incentivo ao microcrédito e à

criação de caixas comunitárias é exemplar como forma de suporte financeiro à agricultura familiar. A Caixa Comunitária, é uma poupança colectiva da Cooperativa, onde todos os membros contribuem. O processo de constituição das caixas comunitárias, bem como a comparticipação dos beneficiários, tem conhecido progressos assinaláveis, tendo em conta o trabalho de sensibilização e formação dos beneficiários e o volume financeiro arrecadado em cada uma das organizações de produtores. Aqui, a facilitação do crédito às cooperativas e ou associações, deveria fazer-se sentir, com base numa avaliação de desempenho e de organização, própria das Escolas de Campo-ECA. Seria um caminho ideal para a promoção do cooperativismo efectivo e com grandes possibilidades de vencerem e vencerem. Nunca, atirar dinheiro

para cima de hipotéticas cooperativas e ou associações, sem o mínimo de condições de organização, nem de legalização, para receberem os créditos e muito menos para restituí-lo a quem financiou.

No contexto do projecto MOSAP II, as caixas comunitárias são usadas como meio de reembolso do crédito agrícola concedido. Os pequenos produtores depositam a quota, que é parte do valor correspondente, a sua comparticipação nos custos do investimento assumidos pelo projecto. Os principais constrangimentos, consistem na fraca capacidade financeira de muitas das famílias, da pouca disponibilidade de produtos para a comercialização e, de uma baixa taxa de financiamento/crédito, como motivador para o desenvolvimento social da comunidade, tais como acessos melhorados, infraestruturas de armazenamento, abastecimento de água potável, acesso à saúde e educação.

Este exemplo, permite dar esperança, a um sistema de microcrédito a pequenos agricultores, redobrando os esforços no sentido das comunidades assumirem este processo de financiamento de forma natural, reforçarem a sua ligação com a banca, e assim, a relação de confiança com as instituições, com o suporte formativo efectivo dos técnicos das EDA's (Estação de Desenvolvimento Agrícola) e das ECA's.

Dentro do agronegócio, o desenvolvimento empresarial, o fomento do empreendedorismo e a capacitação são fundamentais, aos mais diferentes níveis, para alavancar uma nova geração de agricultores e empresários agrícolas. O incentivo a incubadoras de empresas agrícolas, para a emergência de jovens empresários agrícolas, mais capacitados em organização e gestão, numa visão mais prática e menos académica, parece-me ser uma estratégia importante para o sucesso empresarial.

Apoiar a transformação gradual e progressiva de explorações agrícolas familiares em microempresas, promover o cooperativismo, o associativismo (de carácter regional, por produto ou serviços) entre agricultores, de modo que os micro, pequenos e médios agricultores adquiram escala, irá robustecer e dar maior capacidade de intervenção comercial aos empresários agrícolas e com isto, contribuir para um melhor e sustentável desenvolvimento rural

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geraldina Embaló
Directora-Geral
Adjunta

Na semana que passou, a actualidade mundial foi marcada por uma bofetada faltadora de respeito e que, no continente africano, só motivou olhadas de lado para o presidente Macron pelo “mau exemplo” ao minimizar a agressão. Se fosse em África... nem é preciso perguntar.

Entretanto o Fundo Monetário Internacional aprovou mais uma tranche 772 milhões de dólares no âmbito do Programa de Financiamento Alargado para uma Angola de mais de 30 milhões de pessoas que, na sua esmagadora maioria, não sentem os benefícios de qualquer empréstimo até agora, e em que, simultaneamente, se diz que apenas uma consegue transferir biliões de dólares para fora sem que o regulador do sistema financeiro diga nada. A nova tranche (que a propósito da festa que os nossos governantes estão a fazer é bom lembrar que não é oferta – é empréstimo) caberia nas malas do major. Ou nos contentores do novo major que se diz ser mais rico ainda do que o primeiro e que preencheram a actualidade mais uma vez ofuscando as actividades presidenciais.

O PR foi ao Bengo obrigar a uma lavagem de ruas e retirada de ambulantes das bermas, mas valeu a viagem quanto mais não seja para ouvir (o que todas as mães já sabem) que é preciso descentralização. O PR, que disse “autarquias” e depois desdisse que tinha dito porque não marcou, e deve saber que as autarquias são o melhor caminho para a descentralização, bem precisa de ouvir várias vezes que o país anda refém de uma capital que mal se governa a si própria e que não faz nem deixa as outras fazerem.

Voltando às malas e contentores de dólares que vão aparecendo e que nos tornam uma piada ridícula aos olhos de instituições internacionais que nos vêem a mendigar e a celebrar ‘pequenos dinheiros’ (pequenos em comparação aos conteúdos desses contentores e malas), pergunto-me o que pensarão os EUA quando vêem o seu dinheiro, com as caras dos seus heróis, que foi impresso nas suas máquinas, que é colateralizado pela confiança na sua economia, amontoado em malas e contentores no meio de fazendas no meio do nada, ou de apartamentos vagos do outro lado do oceano, e no continente mais atrasado do mundo? O que sentirão os americanos ao olharem para os nossos filmes de má qualidade que passam em horário nobre, no mesmo país em que mais de metade da população é vulnerável e refém da pobreza multidimensional? O que sentem os americanos e os outros que andam sempre preocupados com o financiamento ao terrorismo e com o branqueamento? Quem é que vem investir num país de tal ordem desgovernado?

Porque as divisas são geridas pelo BNA e porque as caixas de dólares que vimos no tal filme duvidoso ainda tinham o selo do regulador, é quase impossível o seu governador não se sentir atacado pelos renovados pedidos da sua “cabeça”, mais, quando o PR vem também apontar o dedo à falta de fiscalização do que devia ser o cofre-forte, mas que cada vez mais se mostra ‘cofre fraco’.

O entrevistado do VE da semana que passou, o deputado Lindo Bernardo Tito, descreveu as palavras do PR a criticar a actualização do BNA como uma “tentativa de sacudir a água do capote” porque as regras do jogo quem impõe é o próprio PR, por isso, se há batota grosseira, é porque ele assim permite. No entanto, e, a avaliar pela quantidade de ataques de que o governador do BNA tem sido alvo pela manifesta falta de controlo que permite que ande fechado em malas e contentores tanto dinheiro físico, em moeda alheia, dólar e euro, em kwanza

URGENTE
JUNTOS PELO SUL DE ANGOLA
#S.O.S.ANGOLASUL

BANCO BIC SA
AGENCIA MORRO BENTO II
SWIF CODE: BOCBAOLU

IBAN 4006 0051 0000 4286 2462 3224 2
CONTA 04286246232002
CARITAS DE ANGOLA, AV 21 DE JANEIRO,
BAIRRO ROCHA PINTO, ANGOLA

PONTO DE ENTREGAS DE DONATIVOS (BENS ALIMENTARES)
Em Luanda
I - Em Salto: Mirantes Travessa 4, n.º 8, Junto ao largo da Zap TV
II - Rua Maria Nguzé n.º 1 distrito urbano de Malengo
III - Paróquia de Nossa Senhora de Fátima (São Domingo)

No Lubango
I - Paróquia de Nossa Senhora das Dores (Misale)

Contactos telefónicos: +244 933 096 903 / +244 936 632 631

Data limite para as doações 7 de Junho.

(sem cara de José Eduardo dos Santos ainda por cima), Massano tem motivos para estar preocupado.

Até porque assistiu de camarote à queda e queima do seu antecessor e ainda atirou umas achas para a fogueira dizendo que o BNA tinha ficado mal visto a nível internacional pelo desempenho de Valter Filipe. Como assistiu e ajudou a queimar o outro, o governador Massano sabe bem que pode ir parar a uma fogueira semelhante com muita rapidez, tendo ou não culpa no cartório, dependendo apenas do tipo de filme que convém ao poder reproduzir, se precisa de um bode expiatório para sacrificar, ou simplesmente de uma fogueira nova para entreter a opinião pública. Razão tem ele para estar preocupado, a menos que saiba estar na mesma lista de inabaláveis que estão uns poucos impermeáveis a todos os indícios

de corrupção da gestão pública. É que o ‘cofre fraco’, com toda esta pocilga das malas e contentores de dinheiros, está mesmo a pôr-se a jeito para uma fogueirazita.

O escândalo arrisca mesmo a ser quase tão mau para a reputação do regulador quanto o escândalo do Besa, que até agora dá que falar por causa do impacto que teve no BES português e que fez com que todos os bancos internacionais se vissem obrigados a reduzir a exposição à banca angolana. O ex-governador do banco central português fez referência também, na semana que passou, a esse escândalo que tornou a banca angolana num leproso, dizendo que a exposição do BES ao Besa devia ter sido travada mais cedo. Escândalo Besa acontecido também durante a vigência do mesmo Massano que assiste ao filme das malas e contentores (antes de sair

do BNA para o BAI e depois do BAI novamente para o BNA)...

Paralela à imagem de ruína da competência reguladora está a questão do abandono da política monetária por estas malas e contentores. É que se o BNA dita, por exemplo, que há excesso de liquidez e que os bancos terão de fazer reservas maiores (retendo ainda mais os seus clientes), o resultado, em termos de enxugue da liquidez e de valorização da moeda, pode ser ‘apequenado’ por estes contentores e malas de dinheiro que têm o potencial de perverter qualquer tentativa de manipulação do câmbio a favor da redução da inflação. O BNA enxuga de um lado e os contentores e malas inundam do outro, podendo sempre fazer lucro como kinguilas. E, nestas quantidades de divisa e kwanza, o que quer que o BNA tenha intenção de fazer para regular o câmbio, pode servir apenas para engordar mais as ditas malas e contentores. Como é possível de facto diminuir a informalidade da economia nacional, com tanta moeda física fora do circuito formal? Massano que é o ‘pai da desdolarização’, como fica na fita das sacas de dólares?

E pior, uma das teorias que circula é a de que a guarda que assegurava a entrada do dinheiro no BNA desviava um ou dois contentores antes mesmo de entrarem no cofre (fraco). Que rebaldaria sem tamanho? E agora pergunto eu, então ninguém fiscaliza o dinheiro que é suposto entrar? Que confiança é possível ter no BNA? Nas nossas instituições? O petróleo agora subiu para acima de 70 dólares quando, no orçamento, a expectativa é de uns conservadores perto de 40 dólares, um hiato de 30 dólares por barril (sujeito às negociações futuras e comissões costumeiras), mas que instituição garante que um excedente está mesmo a entrar? Tiramos os olhos do regulador e vemos que, do outro lado, a entidade que vende e negocia o ouro negro é a Sonangol, cada vez mais vista como centro de toda a corrupção do país? Que pensar, senão “estamos entregues à bicharada”? Que imagem fica quando o país tem de assumir dívida pública para receber do estrangeiro como esmola o que provavelmente anda aí em malas e contentores? É preciso mesmo um reset do país. Um botão de começar de novo.

Com esperança teimosa no futuro, marcamos aqui encontro, e na sua rádio, Essencial.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te



Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

**Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7**



Edição 262 Likes 1,3 mil Partilhas 74

A última edição do Valor Económico registou na página do Facebook perto de 110 mil pessoas alcançadas, de 10 mil interações onde se incluem mais de 70 partilhas da página que depois foi alvo de discussão também noutras páginas do Facebook que reproduziram sobretudo a entrevista do deputado Lindo Bernado Tito que sobre o caso Lussaty afirmava que o Presidente ao apontar o dedo ao BNA estaria a “sacudir a água do capote”. O concurso do Comércio, o abandono da linha do Facra e a opinião de Vieira e a morte das abelhas no Moxico foram outros temas comentados.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Profeta Elísio Catequista Elisio

São Marimbondos e mais, são caranguejos, o que se pode esperar?



Adilson Diassonama da Costa

Por isso digo: essa coisa do Massano como governador do BNA estar, impune ai teve ordens superiores.



Morais Augusto Augusto

Também acho. É uma forma de sacudir o capote. Bem-dito.



Manuel Martins

Tal como em Portugal...o BNA e o BP só os vêm passar... Só controlam o pequeno mas os tubarões passam por outro crivo!



Rui Manuel Pereira Abrunhosa

Assim continua o roubo



Ernesto Zeferino Papoity

Ao dizer esta coisa, custou-lhe caro, raptaram-lhe o filho



Gil Dos Santos Cardoso

Repito
Este Sr não sabe o que é um banco emissor.
Deixa-te de ser donkey.
E lambe botas.
Para não te chamar polidor,
Oh que seja bajulador



Miguel Vieira

O concurso dos 500 carros já nasceu enfermo



Divaldo Cruz

Continuam com os mesmos vícios!



Nelson Mucazo Euclides

No último encontro realizado pelo governo provincial do Moxico, eu chamei atenção aos madeireiros acerca das abelhas.



Daniel Luís Luís

Já têm estradas? Me apresenta uma linha sustentável para manutenção. Me prova que isso é investimento e não despesa. Não será que o Estado começou novamente a ser Player ao invés de criar condições para os Camionistas? Vão transportar quais produtos mesmo? Sabemos que os produtos se estragam por falta de escoamento, apenas por falta de estradas.



Xisolle Madeira Mingas

As abelhas :(



Inacios Kabembe

Matéria são tristes



Rei Quimua

Para quê servira a suspensão do ensino primário? Não temos casos de Covid nas escolas.



Santos O Pensador Togõn

Se nos impedem de estudar nunca iremos saber o que eles querem. Talvez assim fizeram com alguns seguranças do PR, iletrados e formados para cumprir o serviço militar (toma 5 munições e não podes falhar nenhuma). Se eles tivessem conhecimento teriam feito alguma coisa.



Irinia Masekoka

Suspender aula do ensino primário... Esses governantes são analfaburros



Roberto Mancino

Irinia Masekoka uma população ignorante é a arma vencedora para esses governantes

Covid-19



AGÊNCIA EUROPEIA DE MEDICAMENTOS

Alto funcionário sugere abandono da AstraZeneca

Um alto funcionário da Agência Europeia de Medicamentos (EMA, na sigla inglesa) disse, numa entrevista, que seria melhor deixar de administrar a vacina anticovid-19 da AstraZeneca a todos os grupos etários quando houver alternativas disponíveis.

Marco Cavaleri, responsável pela estratégia de vacinação na EMA, também disse ao jornal italiano La Stampa que a vacina da Johnson & Johnson deve ser utilizada de preferência para pessoas com mais de 60 anos. Ambas as vacinas virais vectoriais foram aprovadas pelo regulador europeu para os maiores de 18 anos, mas houve relatos raros de coágulos sanguíneos. A União Europeia aprovou também duas vacinas de RNA de mensageiro, da Pfizer/BioNTech e Moderna. No sábado, a Itália restringiu a utilização da vacina AstraZeneca a pessoas maiores de 60 anos, alegando o aumento dos riscos para a saúde dos mais jovens.

Questionado sobre se seria melhor proibir a AstraZeneca, inclusive para os maiores de 60 anos, Cavaleri disse: “Sim, e esta é uma opção que muitos países, como a França e a Alemanha, estão a considerar à luz da maior disponibilidade de vacinas por RNA mensageiro”.

“Contudo, os incidentes têm sido muito raros e ocorreram após a primeira dose. É verdade que há menos dados sobre a segunda dose, mas no Reino Unido está a correr bem [o programa de vacinação]. Nos jovens, o risco de adoecer diminui, e a mensagem para eles pode ser a de usar preferencialmente vacinas de RNA mensageiro, mas a escolha é de cada Estado”, acrescentou.

Cavaleri considerou ainda que a vacina de dose única da Johnson & Johnson apresenta “menos problemas do que a AstraZeneca”, apesar de ter sido menos utilizada.

“Com uma dose única, é útil para algumas categorias difíceis de alcançar, mas é melhor reservá-la para os maiores de 60 anos”, disse.

A tecnologia do RNA mensageiro consiste em injectar nas células instruções genéticas para que elas possam produzir proteínas ou “antígenos” específicos do novo coronavírus. Estas proteínas serão entregues ao sistema imunitário, o qual produzirá depois anticorpos.

As vacinas “víricas”, tais como as da AstraZeneca e Johnson & Johnson, utilizam como portador outro vírus, que é modificado para transportar informação genética para combater a covid-19. Ambas utilizam um tipo muito comum de vírus chamado adenovírus como portador.

A CABO VERDE

China doa 50 mil vacinas

Cabo Verde recebeu 50 mil doses da vacina chinesa Sinopharm contra a covid-19 e 51.200 seringas, numa doação do Governo da China, elevando para cerca de 200 mil doses o ‘stock’ disponível no arquipélago.

“Momento significativo porque neste combate à pandemia as vacinas fazem toda a diferença. Representa salvar vidas, salvar a economia, o emprego, o rendimento e criar as condições para o relançamento da economia e para a vida normal. Todos sentimos falta de abraços, de afecto, que foram muito afectados por esta pandemia”, disse, após a chegada deste donativo, no aeroporto internacional da Praia, o primeiro-ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva.

De acordo com dados anteriores do Ministério da Saúde, Cabo

Verde tinha 150 mil doses de vacinas contra a covid-19 para serem administradas, incluindo o donativo da Hungria, que entregou 100 mil doses da vacina da AstraZeneca às autoridades cabo-verdianas. Com o donativo da China, Cabo Verde passa a ter uma disponibilidade de quase 200 mil vacinas para serem aplicadas até Agosto.

“A nossa meta vai ser de facto atingida, porque estamos fortemente empenhados em atingir 70% ou mais da vacinação [da população adulta] até ao final do ano”, afirmou Ulisses Correia e Silva.

Cabo Verde já vacinou com pelo menos uma dose das vacinas disponíveis no arquipélago (AstraZeneca e Pfizer) cerca de 33 mil pessoas, equivalente a 10% da população elegível.



VACINADOS NO BRASIL

Bolsonaro demarca-se da desobrigação no uso de máscara

O presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, demarcou-se do parecer que o seu Governo prepara para desobrigar o uso de máscaras para vacinados contra a covid-19 e para quem já esteve infectado, após ser fortemente criticado.

Segundo Bolsonaro, essa decisão caberá exclusivamente ao ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e às lideranças regionais porque, segundo o chefe de Estado, é melhor estar “em paz” com a sua consciência.

“Pedi para o ministro da Saúde para fazer um estudo sobre máscara. Quem já foi infectado e quem tomou a vacina não precisa de usar máscara. Mas quem vai decidir é ele, vai dar um parecer. Se bem que quem decide na ponta da linha são governadores e prefeitos”, disse Bolsonaro, à entrada do Palácio da Alvorada, em Brasília.

“Eu não apito nada, não é? Segundo o Supremo, quem manda são eles. Mas nada como você estar em paz com a sua consciência”, acrescentou o presidente, antes de embarcar para o estado do Espírito Santo.

Jair Bolsonaro anunciou o pedido do estudo durante um evento no palácio presidencial do Planalto e, horas depois, voltou a tocar no assunto no seu discurso semanal nas redes sociais.

“Não podemos viver toda a vida com essa opressão. Se a pessoa for curada ou vacinada, não vejo necessidade. Vamos ficar reféns da máscara até quando?”, questionou.

ALERTA MINISTÉRIO DA SAÚDE

Não se está a passar certificado de vacinas

O Ministério da Saúde esclareceu que não está a passar certificados de vacinas contra a covid-19, depois de ter notado que algumas pessoas estão preocupadas em fazer o registo no cartão internacional de vacinas.

Num comunicado de imprensa, o Ministério da Saúde esclarece que, até à presente data, a Organização Mundial da Saúde (OMS) ainda não orientou os países sobre os procedimentos a seguir para o registo internacional da vacinação contra a covid-19.

“Tão logo surjam as orientações neste sentido, daremos os passos necessários para o efeito e na devida oportunidade comunicaremos a todos os utentes”, refere-se no comunicado, no qual o ministério informa que “o que garante a certificação da vacina é o registo do lote e do fabricante no cartão que foi emitido pelo Minsa e entregue

ao cidadão no ato da vacinação”. Aquele órgão governamental apela à população a “manter-se vigilante e a não valorizar as informações que circulam nas redes sociais tendentes a confundir e descredibilizar o processo de vacinação”.

Num outro comunicado, o Gabinete Provincial da Saúde de Luanda reforça a medida, depois de verificar um ato administrativo, sem prévia autorização superior, dos funcionários do Programa Alargado de Vacinação daquele organismo, que averbaram as vacinas da covid-19 nos cartões de vacina internacionais.

O Gabinete Provincial da Saúde em Luanda determina que “fica estritamente proibido o referido ato, sob pena de incorrer a uma infração e ser punido com base no Decreto 33/91, de 26 de Junho, que visa disciplinar os funcionários públicos e agentes administrativos”.

RAPIDAMENTE ÁFRICA poderá registar 35 mil mortes e já se ultrapassaram os 5 milhões de casos de infecção pela Covid-19, segundo dados disponibilizados pelo Centro de Controlo e Prevenção de Doenças da União Africana - África CDC.

870 MILHÕES DE DOSES

Covax considera “histórica” doação de vacinas

A Covax, uma plataforma de distribuição de vacinas contra a covid-19 a países menos desenvolvidos, considerou “histórico” o acordo dos G7 para a doação de 870 milhões de doses, esperando que sejam disponibilizadas rapidamente.

“Ao enfrentar a necessidade urgente de abastecimento, a Covax está focada em garantir a partilha do maior número possível de doses imediatamente”, adiantou em comunicado a iniciativa que junta a Organização Mundial de Saúde (OMS), a Aliança para a Vacinas (GAVI) e a Coligação para a Inovação e Preparação de Epidemias (CEPI).

Segundo a Covax, o compromisso firmado na cimeira dos G7 (as sete maiores economias mundiais), que decorreu na Cornualha, Sudeste da Inglaterra, prevê que, pelo menos, metade das 870 milhões de doses seja entregue até final deste ano.

“Os países do G7 comprometeram-se a partilhar pelo menos 870 milhões de doses de vacinas directamente, com o objectivo de entregar metade até o final de 2021, e reafirma-

ram seu apoio à Covax como a principal via de fornecimento de vacinas aos países mais pobres”, adiantou a plataforma.

A Covax garantiu ainda que pretende trabalhar com o G7 e com outros países que estão a ceder vacinas para este mecanismo de distribuição, no sentido de minimizar as dificuldades de fornecimento a curto prazo que estão a afectar a resposta global à pandemia.

“Este é um momento importante de solidariedade global e um marco no esforço para garantir que aqueles que estão em maior risco, em todos os países, estejam protegidos”, adiantou Seth Berkley, presidente executivo da GAVI, citado no comunicado, que se manifestou ainda esperançado que as “doses prometidas sejam rapidamente transformadas em doses administradas”.

Para o director-geral da OMS, Tedros Ghebreyesus, o acordo alcançado na cimeira do G7 surgiu numa altura em que “muitos países estão a enfrentar um aumento de casos, mas sem vacinas” contra a covid-19.

“Estamos na corrida das nossas vidas, mas não é uma corrida justa, e a maioria dos países mal deixou a linha de partida”, alertou o responsável da OMS.



DEFENDE UNIÃO ESUROPEIA

Parceiros devem acelerar vacinação mundial

O presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, manifestou satisfação por os países do G7 terem seguido a “liderança” da União Europeia (UE) e aceitado acelerar a produção e distribuição mundial de vacinas anti-covid-19.

“A prioridade era garantir que podemos satisfazer a procura de vacinas e aqui a UE assumiu a liderança. Os parceiros juntaram-se agora a nós para acelerar a produção e distribuição de vacinas em todo o mundo”, declarou no último dia da cimeira que decorreu em Carbis Bay, no Sudoeste da Inglaterra.

O G7 espera atingir a meta de doar mil milhões de doses até ao próximo ano, com os Estados Unidos a prometerem 500 milhões e o Reino Unido outros 100 milhões.

A UE considera-se a “farmácia do mundo” tendo em conta que exportou quase metade das 700 milhões de doses produzidas no seu espaço desde Dezembro para mais de 90 países, ao contrário de outros grandes produtores como os EUA e Reino Unido.

Num vídeo publicado na rede social Twitter, Michel saudou também a união entre países com “democracias liberais e sociedades abertas” perante a pressão de regimes autoritários, uma referência velada à China e Rússia, que Bruxelas tem criticado regularmente.

Esta união, disse, oferece capacidade para “responder sob pressão ou ataque, mas também para difundir os nossos valores de liberdade, Estado de Direito e respeito pelos direitos humanos”.

Por fim, Michel enfatizou o compromisso da UE com África na cimeira do G7, onde Michel disse que foi possível unificar as posições dos países europeus e “convencer os nossos parceiros a mobilizar mais fundos” para o continente.

Os líderes dos países industrializados planeiam anunciar novos planos de financiamento climático para ajudar os países mais pobres a reduzir as emissões de carbono e adaptarem-se ao impacto das alterações climáticas.

46% DA POPULAÇÃO

China já administrou 878,5 milhões de doses

Mais de 878,5 milhões de doses de vacinas contra a covid-19 foram administradas na China a cerca de 650 milhões de pessoas, informou a Comissão Nacional de Saúde.

Segundo a EFE, o país asiático já administrou, pelo menos, uma dose a 46% da população. A Comissão não especificou, no entanto, quantas pessoas receberam todas as doses necessárias para a imunização completa.

A China tem como objectivo de imunizar 40% dos seus 1.400 milhões de habitantes até final de Junho, tendo acelerado consideravelmente o processo nos últimos meses com reforço do nível de produção de vacinas, refere a EFE.

Entre as sete vacinas autorizadas pela China, cinco requerem duas doses, uma é de dose única e a outra precisa de três administrações.

Na sexta-feira foi anunciado que a vacina da farmacêutica Sino-pharm e do Instituto de Produtos Biológicos de Pequim foi aprovada para uso em crianças e jovens dos três aos 17 anos.

Poucos dias antes tinha também sido autorizado o uso de emergência da vacina da Sinovac entre os três e os 17 anos, embora o presidente, Yin Weidong, tenha referido que ainda não foi decidido quando se utilizará e a partir de que idade.



Marcas & Estilos



Perfeição estética

Desde a sua criação em 1872, a S.T. A Dupont usou os melhores materiais para criar peças excepcionais para reis, imperadores e marajás. S.T. A Dupont continua a tradição, criando isqueiros com metais preciosos, ao mesmo tempo em que combina perfeição estética e função.



Uma moda minimalista

Para quem gosta de ser minimalista. Para quem quer levar a carteira no bolso sem a protuberância. À medida que avançamos para uma economia praticamente sem dinheiro, essas carteiras de cartão da Harber London são úteis para quase qualquer pessoa.



AUTOMÓVEL

Passeios e luxos

Bucherer e Bünderbike, a oficina boutique suíça da Harley-Davidson, produziram a Harley-Davidson Blue Edition. A moto é a mais cara do mundo, custando aproximadamente dois milhões de dólares, e à primeira a ser integrada a relógios e jóias. Vagamente baseado na assinatura Softail Slim S da Harley-Davidson, o novo modelo produzido na Suíça e leva mais de 2.500 horas para ser fabricado.

Da colecção Bucherer Fine Jewellery, o anel giratório Dizzler foi adaptado, permitindo ser montado nos punhos, enquanto outro par de anéis de diamante Dizzler está localizado nos garfos e uma versão grande do anel pode ser encontrada na metade esquerda do tanque.

Primeira moto do mundo a ter um motor que é iluminado por dentro com lâmpadas LED resistentes ao calor, o azul iridescente da Harley-Davidson Blue Edition é produzido depois que um revestimento prateado é aplicado a seis camadas de tinta especial.

AGENDA

LUANDA

ATÉ 02 DE JULHO

O artista angolano Mateus dos Santos apresenta-se na Galeria Tamar Golan com 'Efeito 19', uma exposição individual. A mostra pode ser visitada de segunda a sexta-feira, das 09h00 às 17h00.

ATÉ 30 DE JUNHO

Decorrem as candidaturas para o programa de formação em cinema e TV. Numa iniciativa da MultiChoice Talent. Vagas devem ser preenchidas em <https://cte.multichoicealentfactory.com/Home/MTFHome>.

DE 19 A 26 DE JUNHO

Quarta edição do Etímba Festival, a partir das 17h00, com mini-concertos que celebram África na diáspora. Apresenta-se como um festival de músicas do mundo que junta artistas no Estúdio Rádio Vial Luanda e Espaço Espelho d'Água em Lisboa, com fundos a favor da reconstrução da biblioteca comunitária do Lobito.

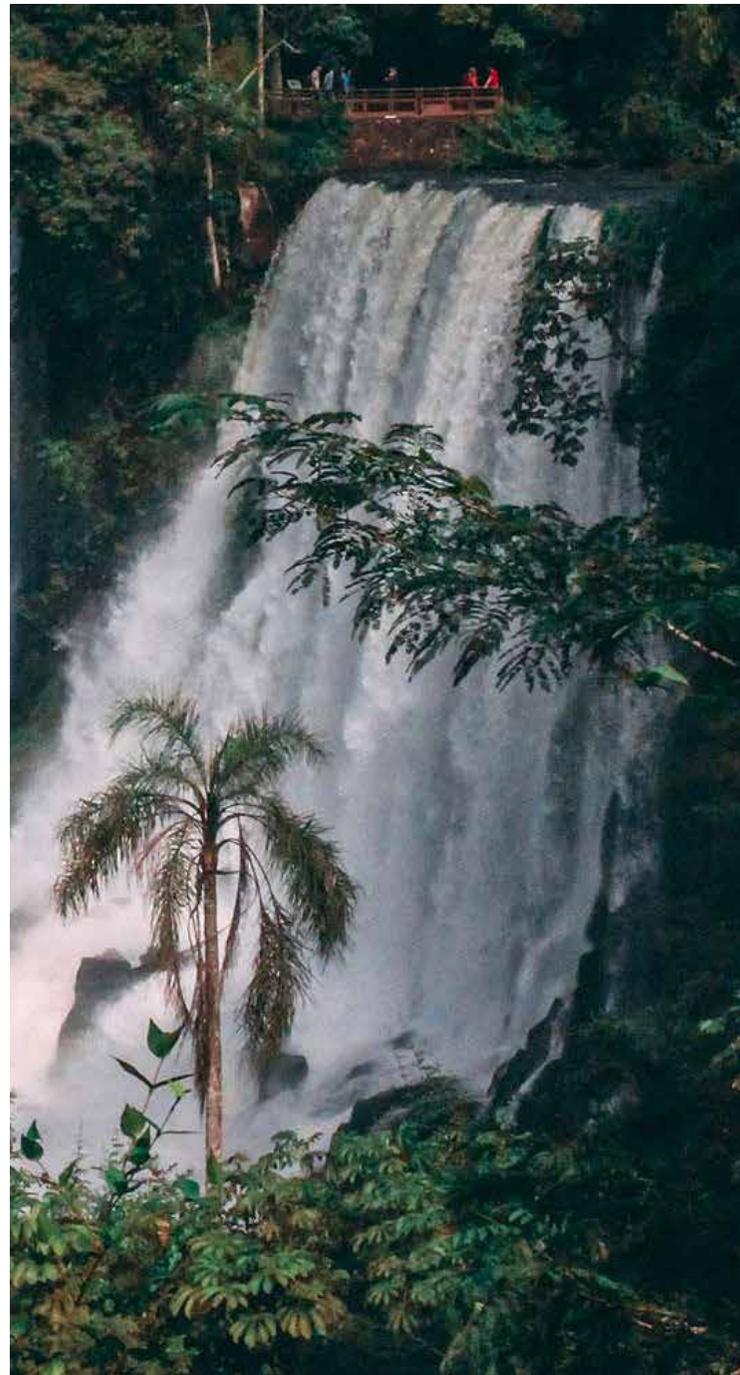
LIVROS



O AUTOR DESTE LIVRO, Mohamed Gorayeb, costuma dizer que a profissão de vendas é a melhor do mundo para ganhar dinheiro, porque o vendedor faz o próprio salário. Ele é a principal marca; as pessoas compram pelo que diz.



'O MOMENTO DE VOAR' mudou a forma como vejo a mim mesma, minha família, meu trabalho e o que é possível no mundo. Melinda entrelaça dados decisivos com um relato corajoso, repleto de vulnerabilidade. É daqueles raros livros que permanecem no coração.



TURISMO

Experiências incríveis

Escolhidas como uma das novas Sete Maravilhas da Natureza em 2011, as Cataratas do Iguazu no Norte da Argentina são hipnóticas e deslumbrantes. Mais alta e mais larga que como Cataratas do Niágara, esta cadeia formada por centenas de cachoeiras se espalha em forma de feradura que se estende por quase três milhas. O rugido da precipitação por esta queda ampla e rápida pode ser ouvido de longe, enquanto enormes nuvens de névoa se erguem a cerca de 150 metros no ar, formando arco-íris espectaculares.

O Parque Nacional Tierra del Fuego é desejado por uma abundância de lagos cristalinos, rios, geleiras, vales profundos, florestas centenárias, altos picos de granito e uma variedade de vida selvagem, incluindo raposas fueguinas, periquitos austral, albatrozes e condores andinos.

A cosmopolita e colorida capital de Buenos Aires é o berço do tango, uma dança sensual que continua sendo um aspecto icónico da cultura argentina. Pode assistir a artistas em shows de palco, milongas (casas de dança) e nas ruas.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Economia azul precisa de novas formas de financiamento

OCEANOS. ONU quer "novas formas de financiamento" para "uma economia oceânica que dê poder às populações locais e apoie negócios responsáveis e objectivos sociais de longo prazo".

O órgão das Nações Unidas (ONU) para os Oceanos pediu recentemente a mobilização de novas formas de financiamento para uma economia azul dos oceanos, dado o importante papel que desempenham na redução das emissões de gases de efeito estufa.

"Devem ser mobilizadas novas formas de financiamento e as convencionais reorientadas para uma economia oceânica que dê poder às populações locais e apoie negócios responsáveis e objectivos sociais de longo prazo", afirmou Peter Thompson, responsável do órgão, durante uma conferência virtual organizada pela Euronext.

Thompson considerou que o sector financeiro pode desempenhar um "papel determinante" na transição para uma economia verde e azul

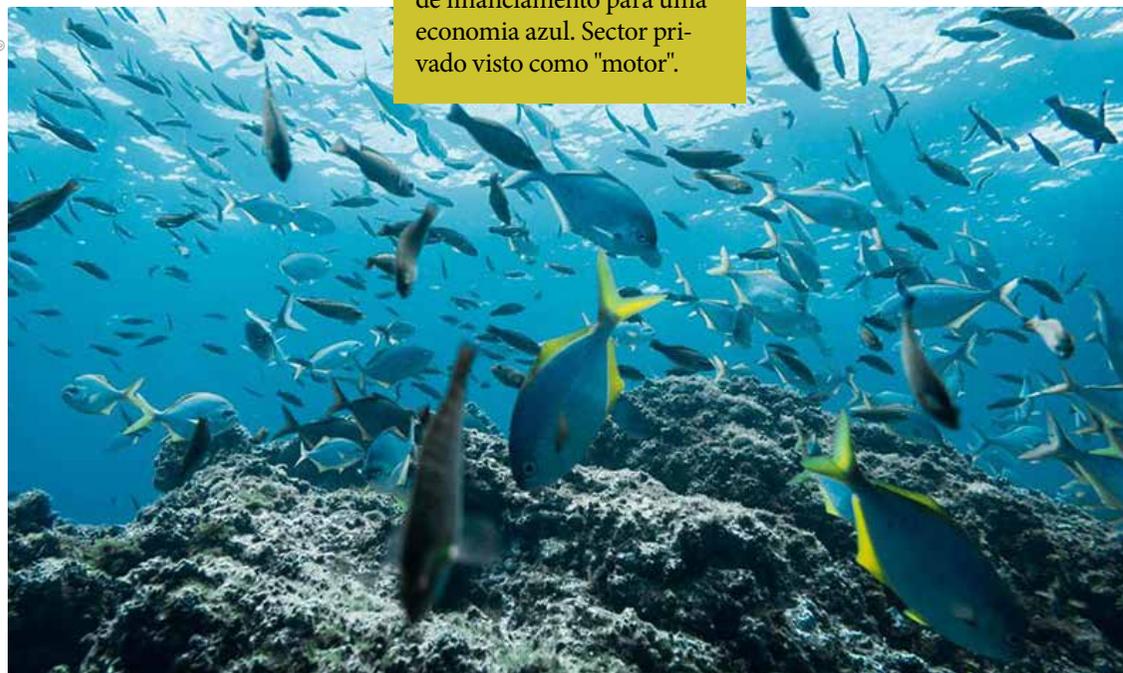
e que os sectores público e privado, de mãos dadas, "devem remover os obstáculos existentes e abrir a torneira para investimentos sustentáveis". "Chegámos a um ponto em que nosso bem-estar futuro exige que uma economia azul sustentável seja totalmente integrada às finanças globais", disse.

O enviado da Organização das Nações Unidas, órgão que deu início à Década dos Oceanos este ano, também destacou que o sector privado pode ser o "motor" da inovação tecnológica para promover a ciência oceânica e ampliar as soluções dela decorrentes.

A "melhor oportunidade" de direccionar os financiamentos para

MEMORIZE

- Órgão das Nações Unidas (ONU) para os Oceanos movimenta-se no sentido de mobilizar novas formas de financiamento para uma economia azul. Sector privado visto como "motor".



o fortalecimento dos oceanos e sua contribuição para a mitigação das mudanças climáticas, defendeu, será na próxima cimeira do clima, a COP26, que acontecerá em Glasgow (Escócia) em Novembro próximo. "Não podemos ter um planeta saudável sem um oceano saudável", ele insistiu.

A primeira-ministra da Noruega, Erna Solberg, que também participou da conferência, garantiu que os mercados financeiros têm um "papel crítico" na transição e que os investidores estão cada vez mais conscientes dos riscos ambientais e climáticos dos seus investimentos.

"Precisamos de muito mais dinheiro para a economia azul", disse, pedindo investimentos em áreas como restauração de ecossistemas, maricultura e energia renovável. "Pode criar empregos e ao mesmo tempo ajudar a proteger o oceano", insistiu Solberg.

TRANSCOOP

Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



SERVIÇO PERSONALIZADO COM CONFORTO E SEGURANÇA

O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA



Rua 21 de Janeiro,
Bairro Rocha Pinto, Luanda
Call center

(+244) 947 992 829, (+244) 993 091 599



Trabalhamos com multicaixa

Educação & Tecnologia



Huawei lança uma gama de novos produtos com HarmonyOS 2

PUBLICIDADE. Empresa aproveitou a oportunidade para anunciar que 100 outros dispositivos Huawei – incluindo smartphones e tablets – serão actualizados para rodar no HarmonyOS 2.

A Huawei lançou recentemente, 02 de Junho, em Shenzhen, na China, uma variedade de smartphones, relógios inteligentes e tablets com seu Huawei sistema operacional HarmonyOS 2, incluindo a nova versão do Huawei Mate 40 Series e Huawei Mate X2, o Huawei Watch 3 Series e o Huawei MatePad Pro.

Na ocasião, a Huawei também lançou o Huawei FreeBuds 4, sua próxima geração de fones de ouvido Bluetooth sem fio de cancelamento de ruído ativo (ANC) e dois monitores de última geração, o Huawei MateView e o Huawei MateView GT.

100

Dispositivos, incluindo smartphones que a Huawei irá actualizar para rodar no HarmonyOS 2

A empresa aproveitou a oportunidade para anunciar que cerca de 100 outros dispositivos Huawei - incluindo smartphones e tablets - serão actualizados para rodar no HarmonyOS 2, dando aos consumidores acesso a uma experiência inteligente perfeita em vários dispositivos em todos

os tipos de cenários.

Existem mais dispositivos inteligentes em nossas vidas do que nunca, mas a experiência com eles geralmente não é inteligente. Os sistemas isolados tendem a complicar a inter-conectividade e as operações, o que acaba levando a uma experiência do usuário fragmentada.

O HarmonyOS foi projectado para solucionar esse problema. Como um sistema operacional de próxima geração para dispositivos inteligentes, HarmonyOS fornece uma linguagem comum para diferentes tipos de dispositivos para se conectar e colaborar, proporcionando aos usuários uma experiência mais conveniente, tranquila e segura. Ele usa tecnologia distribuída para

atender às necessidades variadas de todos os tipos de dispositivos diferentes com um único sistema, permitindo uma implantação flexível conforme necessário. O HarmonyOS também combina dispositivos anteriormente independentes em um Super Dispositivo coeso e holístico que integra todo o hardware e recursos para aproveitar livremente os recursos de seus dispositivos componentes com base nas necessidades em tempo real do usuário. Para desenvolvedores, o HarmonyOS permite o desenvolvimento de plataforma cruzada e implantação de aplicativos em vários dispositivos, tornando o desenvolvimento de aplicativos em dispositivos mais fácil do que nunca.

A Huawei lançou também o seu Product Security Baseline, o culminar de mais de uma década de experiência em gestão de segurança de produto, incorporando uma ampla gama de regulamentações externas, padrões técnicos e requisitos regulamentares.

Huawei inaugura o seu maior Centro Global de Transparência de Segurança Cibernética e Protecção de Privacidade na China

PUBLICIDADE. A Huawei defende a construção de capacidade em toda a indústria, partilha de conhecimento e alianças mais estreitas.

A Huawei inaugurou o seu maior Centro Global de Transparência de Segurança Cibernética e Protecção de Privacidade, a 9 de Junho, em Dongguan, China, com representantes da GSMA, SUSE, British Standards Institution e reguladores dos Emirados Árabes Unidos e Indonésia, falando na cerimónia de abertura.

Em simultâneo com a abertura do novo centro, a Huawei também lançou o seu Product Security Baseline, marcando assim, a primeira vez em que a empresa tornou a sua estrutura de linha de base de segurança de produto e práticas de gestão disponíveis para a indústria como um todo. Tais acções são parte dos esforços mais amplos da empresa a fim de se aproximar ainda mais dos clientes, fornecedores, organizações padrão e outras partes interessadas, para fortalecer a segurança cibernética em todo o sector.

"A segurança cibernética é mais importante do que nunca", afirmou Ken Hu, presidente rotativo da Huawei, na abertura do centro de Dongguan. "Como indústria, precisamos de trabalhar juntos, compartilhar as melhores práticas e construir as nossas capacidades colectivas em governança,

padrões, tecnologia e verificação. Precisamos de dar ao público em geral e aos reguladores um motivo para confiar na segurança dos produtos e serviços que usam diariamente. Juntos, podemos encontrar.

o equilíbrio certo entre segurança e desenvolvimento num mundo cada vez mais digital."

Nos últimos anos, a digitalização da indústria e novas tecnologias como 5G e IA tornaram o ciberespaço mais complexo do que alguma vez antes, situação agravada pelo facto de que as pessoas têm passado uma maior parte das suas vidas online durante a pandemia covid-19. Tendências que levaram a um aumento de novos riscos de segurança cibernética.

A Huawei instaurou o novo Centro Global de Transparência de Segurança Cibernética e Protecção de Privacidade em Dongguan para resolver estes problemas, fornecendo uma plataforma para que as partes interessadas da indústria compartilhem experiência em governação cibernética e trabalhem em soluções técnicas em conjunto. O centro

foi projectado com o objec-

tivo de apresentar soluções e compartilhar experiências, facilitar a comunicação e inovação conjunta e apoiar testes e verificações de segurança. O mesmo estará à disposição de reguladores, organizações de teste terceirizadas independentes e organizações padrão, bem como clientes, parceiros e fornecedores da Huawei.

Para promover uma abordagem unificada à segurança cibernética na indústria de telecomunicações, organizações como GSMA e 3GPP também têm trabalhado com as partes interessadas da indústria para a promoção das especificações de garantia de segurança NESAS e certificações independentes. Estas bases tiveram ampla

aceitação na indústria e, desempenharão um papel importante no desenvolvimento e verificação de redes seguras.

Mats Granryd, Director Geral da GSMA, dissertou na inauguração do novo centro da Huawei. "A entrega de serviços existentes e novos na era 5G dependerá fortemente da conectividade fornecida pelas redes móveis e, crucialmente, da tecnologia subjacente ser segura e confiável," o mesmo reforçou. "Iniciativas tais como a GSMA 5G Cybersecurity Knowledge Base, projectada para ajudar as partes interessadas a compreender e mitigar riscos de rede, e NESAS, uma estrutura de garantia de segurança em todo o sector, respectivamente, são projectadas para possibilitar melhorias a nível de segurança de equipamentos de rede em todo o sector."

No evento, a Huawei lançou também o seu Product Security Baseline, o culminar de mais de uma década de experiência em gestão de segurança de produto, incorporando uma ampla gama de regulamentações externas, padrões técnicos e requisitos regulamentares.

A Base, associada a outros mecanismos de governança da Huawei, ajuda a garantir a qualidade, segurança e confiabilidade dos produtos da empresa.

Ao longo dos anos, a Huawei construiu mais de 1.500 redes que conectam mais de três bilhões de pessoas em 170 países e regiões. Nenhuma delas teve um grande incidente de segurança.

"Esta é a primeira vez que compartilhamos a nossa estrutura de linha de base de segurança com toda a indústria e, não apenas com os principais fornecedores", garantiu Sean Yang, Director do Escritório Global de Segurança Cibernética e Protecção de Privacidade da Huawei. "Queremos convidar todas as partes interessadas, incluindo clientes, reguladores, organizações de padrões, provedores de tecnologia e organizações de teste, a juntarem-se a nós na discussão e no trabalho em linhas de base da segurança cibernética. Juntos, podemos melhorar continuamente a segurança do produto em toda a indústria."

No momento, o sector ainda carece de uma abordagem coordenada e baseada em padrões, especialmente quando se trata de governança, capacidades técnicas, certificação e colaboração.

"O risco de segurança cibernética é uma responsabilidade compartilhada", concluiu Ken Hu no seu discurso de abertura. "Governos, organizações padrão e provedores de tecnologia precisam de trabalhar juntos para desenvolver um entendimento unificado dos desafios de segurança cibernética. Este deve ser um esforço internacional. É importante definir metas compartilhadas, alinhar responsabilidades e trabalhar juntos para a construção de um ambiente digital confiável, que atenda aos desafios de hoje e de amanhã."

MEMORIZE

- Gigante chinês de tecnologia inaugurou maior Centro Global de Transparência de segurança Cibernética a 9 de Junho, e contou com representantes da GSMA, SUSE, British Standards Institution e reguladores dos Emirados Árabes Unidos e Indonésia.



Ken Hu, presidente rotativo da Huawei, discursando na inauguração do Centro Global de Transparência de Segurança Cibernética e Protecção de Privacidade da Huawei em Dongguan, China

NÚMEROS DA SEMANA

200

Milhões USD despesa prevista para o 'stock' de 11 produtos iniciais que deverão fazer parte da Reserva Estratégica Alimentar (REA).

772

Milhões USD Verba aprovada para desbloqueio imediato pelo FMI, depois da quinta revisão do Programa de Ajustamento Financeiro de Angola.

205

Milhões USD Fundos assegurados pela Africell como resultado de dois financiamentos para reforçar a presença em África.

200

Milhões USD Investimento dos últimos sete anos em quatro fazendas agrícolas da Novagro Lider, segundo o administrador José Macedo.



PESQUISA SOBRE O 27 DE MAIO

67% dos inquiridos não aceitam pedido de desculpas de João Lourenço

Pelo menos 67% de um total de 1.034 cidadãos inquiridos pela AngoBarómetro rejeitaram o pedido de desculpas públicas pelas vítimas do 27 de Maio de 1977, apresentado pelo Presidente da República, em nome do Estado.

Segundo o levantamento, a rejeição deve-se ao facto de João Lourenço ter ocultado os culpados dos crimes. No entanto, 26,60% dos indagados consideram a declaração do Presidente da República “sincera e oportuna”, ao passo que 6,38% disseram não ter opinião a propósito.

O inquérito conclui que mais de 60% gostariam que os culpados dos crimes fossem citados e apontados para que o perdão “seja efectivo”, discordando assim do Presidente da República, que considerou não ser “hora de nos apontarmos o dedo, procurando os culpados”.

Do mesmo modo, 83% dos inquiridos querem ver os arquivos do 27 de Maio e outros acontecimentos trágicos de acesso livre para a investigação científica, enquanto 13% querem mantê-los ainda vedados.

Por último, mais de 65% não acreditam que esta iniciativa presidencial possa cimentar a reconciliação nacional e trazer paz às almas angolanas, enquanto 21,28% acham que ela poderá ter impacto positivo na reconciliação nacional e 12,77% sem opinião.

A rejeição pode ainda ser explicada com a “impopularidade cada vez mais crescente do Chefe de Estado que já não consegue convencer os seus concidadãos de qualquer que seja a iniciativa política”, lê-se no estudo.

O inquérito online realizado entre 1 e 9 de Junho incluiu 1.034 cidadãos de 18 e 55 anos, dos quais 95% do sexo masculino e 5% do sexo feminino. Deste universo, 82% afirmam possuir formação académica superior, 14% o ensino médio/técnico concluído e 4% o ensino geral.

A AngoBarómetro é uma plataforma de estudos de sondagem e opinião lançada em Janeiro deste ano por Lukonde Luansi e Orlando Ferraz, dois especialistas angolanos formados em Ciências Sociais Políticas na Alemanha.

EM BUSCA DE CRESCIMENTO ECONÓMICO

Angola à espreita de segundo acordo com o FMI

O Governo avalia a possibilidade de avançar com um segundo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), segundo anunciou, esta segunda-feira, 14, o ministro de Estado e da Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, que remeteu a decisão para antes da sexta revisão do Programa de Financiamento Ampliado (EFF), enquanto “várias propostas e opções” estão a ser analisadas.

“Queremos continuar o relacionamento, temos um conjunto de propostas na mesa. Nós, autoridades angolanas, estamos a ver qual delas se vai ajustar ao momento que estamos a viver”, explica, sublinhando que a parceria com o FMI é “muito importante” na execução do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) a nível técnico e financeiro.

Manuel Nunes Júnior antevê, neste ano, o regresso a um saldo positivo na ordem dos 2,6% do PIB, isso após o registo, no ano passado, de um saldo negativo de 1,5%, constituindo um défice de 4%. Igualmente, projecta uma perspectiva positiva para a balança de pagamentos, enquanto contabiliza as reservas internacionais líquidas nos 8,4 mil milhões de dólares,

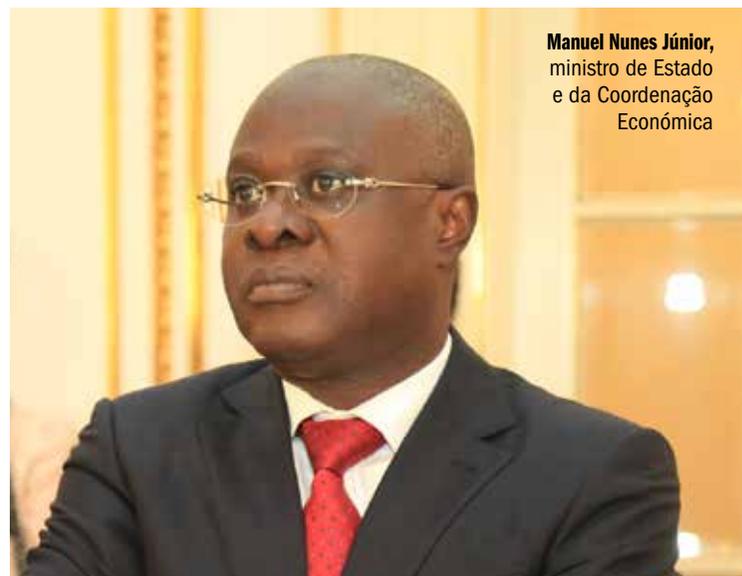
o que representa pelo menos 10 meses de importações, pelos cálculos oficiais.

O governante alertou ainda para a necessidade de uma gestão “transparente” das contas públicas “no sentido de se alcançar o equilíbrio”, argumentando que défices sistemáticos podem conduzir a uma trajectória insustentável da dívida, sobretudo porque a economia não cresce desde 2016. “Por isso é muito importante fazer uma gestão correcta das nossas contas”, insiste.

A quinta avaliação considerada pelo FMI como “positiva” permitiu a disponibilização de 772 milhões de dólares, valor que servirá de apoio à tesouraria do Estado.

AUMENTO SALARIAL NÃO POR AGORA

Sublinhando que só com condições criadas é que haverá aumentos nos rendimentos, o ministro de Estado avisou que, enquanto o país não atingir níveis de crescimento sustentável, não se efectuará qualquer mexida nos salários da função pública e não só. “Qualquer aumento deve ser algo sólido, baseado na riqueza criada, porque aumentos de salários não baseados na riqueza criada levam simplesmente à inflação, não propriamente resolvem problemas concretos”, sustentou.



Manuel Nunes Júnior, ministro de Estado e da Coordenação Económica